

**UNIÃO
É O NOSSO
INSTRUMENTO.**



MENSAGEM DA **DIRETORIA**

Os resultados de uma entidade de previdência costumam ser traduzidos em números de curto prazo, e demonstrados segundo formatos nem sempre compreensíveis a todos. Tal como uma pauta de música ilegível para os menos versados nesta arte, a profusão de números, gráficos e textos explicativos dificulta a compreensão da maioria.

Nosso desafio, com a criação e tematização deste relatório anual, é executar a música contida na pauta, e permitir que nossos participantes ativos e assistidos consigam compreender e apreciar a música nela contida.

Muitos contribuíram e se prepararam para esta execução. Colaboradores da Fibra, consultores, gestores, colegiados, órgãos reguladores e fiscalizadores, auditorias, participantes ativos e assistidos, sindicatos, associações de aposentados, Diretoria e equipe da patrocinadora ITAIPU, cada um teve seu papel na preparação e execução desta harmonia, dentro de regras de governança claramente estabelecidas.

Preparar esta apresentação envolveu paciência, persistência, visão de conjunto, trabalho em equipe, disciplina, critérios claros, harmonia, ritmo, busca da excelência, entre outros tantos atributos.

É com este pano de fundo, da UNIÃO COMO NOSSO INSTRUMENTO, que apresentamos aos participantes nosso relatório anual, agradecendo a todos pela confiança e pela união que permitiu que desenvolvêssemos nosso trabalho.

MUDANÇA DO AMBIENTE REGULATÓRIO

Antes de demonstrarmos os resultados da Fibra de 2014, é importante mencionarmos a relevância da mudança do ambiente regulatório ocorrida neste exercício, representada pela aprovação do Conselho Nacional da Previdência Complementar das Resoluções - CNPC nº 15 e 16.

Ao alterar os critérios de apreamento dos ativos e dos passivos dos fundos de pensão, esta nova regulamentação buscou estabelecer parâmetros mais adequados à representação da situação real de equilíbrio das entidades previdenciárias.

Este novo ambiente normativo foi fruto de um amplo esforço do sistema previdenciário, abrangendo SPPC¹, PREVIC², ANAPAR³, APEP⁴, ABRAPP⁵, ANCEP⁶, Ministérios da Fazenda, Planejamento, Casa Civil, entre outros. No âmbito dos fundos de pensão brasileiros, a coordenação da Comissão da ABRAPP que tratou do tema, ficou a cargo do Diretor Superintendente da Fibra, que direcionou uma parte importante do seu tempo para elaborar, propor e articular propostas de solução que vieram a ser aperfeiçoadas e aprovadas.

Assim, a demonstração do resultado da Fibra neste exercício de 2014 – e dos demais fundos de pensão que utilizaram esta norma – espelha, em nossa opinião, uma radiografia mais adequada da situação real de equilíbrio.



**UM GRANDE ESFORÇO
GARANTIU PARÂMETROS
MAIS HARMÔNICOS.**

1. Secretaria de Políticas de Previdência Complementar
2. Superintendência Nacional de Previdência Complementar
3. Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão
4. Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas
5. Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
6. Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os resultados da Fibra estão detalhados neste relatório, mas aqui apresentamos apenas a síntese dos principais números:

- Em 2014, a Fibra pagou R\$ 162,4 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de resgates) e recebeu R\$ 75,5 milhões em contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores;
- A Fibra encerrou o exercício com 1.593 assistidos e 1.437 participantes ativos, sendo o segundo ano consecutivo em que a quantidade de assistidos ultrapassou a quantidade de ativos;
- O passivo atuarial da Fibra cresceu 7,95%, de R\$ 2,61 bilhões para R\$ 2,82 bilhões;
- O Patrimônio Líquido da Fibra cresceu 9,71%, de R\$ 2,46 bilhões para R\$ 2,69 bilhões;
- A Fibra encerrou o exercício com um Déficit Técnico Contábil de R\$ 122,5 milhões. Entretanto, ao considerar-se o ajuste de precificação dos títulos federais (Res. CNPC nº 16), é apurado um Equilíbrio Técnico Positivo Ajustado de R\$ 2,2 milhões. Isto significa que, apesar do déficit contábil, a Fibra está em situação de equilíbrio técnico;
- A rentabilidade da Fibra, em 2014, foi de +11,08%, ligeiramente inferior a meta atuarial de +12,26%. As melhores rentabilidades do ano foram provenientes de investimentos em imóveis (+37,13%), investimentos no exterior (+19,39%), empréstimos (+15,59%) e renda fixa (+13,05%). Os resultados inferiores às necessidades atuariais estiveram localizados nos segmentos de investimentos estruturados (+8,05%) e renda variável (-3,17%);
- Os fatores mais relevantes que contribuíram positivamente para o resultado do ano foram a mudança da taxa de juros de 5,50% para 5,68% (R\$ 77,5 milhões), e a reprecificação dos títulos federais (R\$ 124,6 milhões). Também contribuíram positivamente para o resultado a adesão da Fibra ao REFIS (R\$ 29,4 milhões) e a reversão do Fundo Administrativo em prol do fundo previdenciário (R\$ 23,3 milhões), entre outros fatores;
- Os fatores que contribuíram negativamente para o resultado do ano foram a elevação do passivo atuarial acima do previsto, decorrente do ganho real de 1,4% concedido pela patrocinadora (R\$ 45,5 milhões), a rentabilidade inferior à meta atuarial (R\$ 27,6 milhões) e a elevação da hipótese de crescimento salarial (R\$ 8,5 milhões).

Em comparação ao ano anterior, o Passivo Atuarial cresceu 7,95%, inferior a variação do Ativo Líquido, que foi de 9,71%, conforme demonstrado na seguinte tabela:

Reservas	2013 R\$ Mil	2014 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
<i>Reserva Matemática (Passivo Atuarial)¹</i>	2.614.275	2.822.183	207.908	7,95
<i>Reserva de Benefícios Concedidos</i>	1.729.373	1.963.628	234.255	13,55
<i>Reserva de Benefícios a Conceder</i>	932.770	905.389	-27.381	-2,94
<i>Reserva a Amortizar</i>	-47.868	-46.834	1.034	-2,16
<i>Reserva Técnica (Ativo Líquido)²</i>	2.460.899	2.699.746	238.847	9,71
<i>Resultado Acumulado³</i>	-153.376	-122.437	30.939	-20,17
<i>Ajuste de Precificação⁴</i>	123.212	124.590	1.378	1,12
<i>Equilíbrio Técnico Ajustado</i>	-30.164	2.153	32.317	-107,14

1. *Passivo Atuarial (denominado Reserva Matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras.*
2. *Ativo Líquido (denominado Reserva Técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos do Passivo Atuarial, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.*
3. *Resultado Acumulado (superávit): representa o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial (se positivo, resulta em um superávit, se negativo, em déficit).*
4. *Ajuste dos Títulos Públicos, calculado com juros de 5,68%, posicionado em 31/12/2014, conforme Resolução CNPC Nº 16/2014.*

DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ADMINISTRATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO

As despesas administrativas da Fibra são integralmente custeadas pela patrocinadora Itaipu, por meio do repasse mensal de 15% do total das contribuições ao plano. Os recursos administrativos são contabilizados e geridos de forma segregada, e não se misturam com os recursos do plano previdenciário.

Desde 1997, a Fibra vem adotando uma série de medidas com vistas à melhoria da eficiência e controle de custos, que envolveu a redução de quadro de pessoal, o investimento em tecnologia e ferramentas modernas de gestão, entre outras. Isto permitiu que a Fibra, ao longo do tempo em que melhorava a gestão e o atendimento a seus participantes, também conseguisse economizar R\$ 6,5 milhões em recursos administrativos não gastos, valores estes que, aplicados ao longo do tempo, resultaram em um saldo de R\$ 29,3 milhões em um Fundo Administrativo.

A discussão sobre critérios de reversão destes recursos vinha sendo objeto de acompanhamento e avaliação no âmbito da Fibra, por sua Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. Depois de obtida a delegação formal da patrocinadora Itaipu para que o Conselho Deliberativo da Fibra pudesse decidir sobre a destinação deste Fundo Administrativo, o tema foi objeto de deliberação, que resultou no estabelecimento de parâmetros e procedimentos para eventual reversão do Fundo Administrativo. A aplicação desses critérios resultou na destinação para o Plano Previdenciário de R\$ 23,3 milhões, oriundos do saldo excedente do Fundo Administrativo.

O quadro abaixo demonstra a evolução do Fundo Administrativo, com a economia realizada pela Fibra ao longo dos anos, a rentabilidade obtida por este Fundo Administrativo e a destinação de parte de seu saldo para o fundo previdenciário.

Evolução do Fundo Administrativo										Valores nominais em R\$ Mil								
Grupo de conta	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Admin.	3.708	3.423	3.159	3.622	4.199	4.900	5.600	6.810	7.447	7.373	7.490	7.956	8.651	9.905	9.878	10.573	11.899	13.185
Despesas Admin.	3.134	2.998	3.032	3.334	3.811	5.436	4.941	5.896	6.349	6.976	7.398	7.974	8.159	9.132	9.920	11.144	11.622	11.957
Saldo Fdo. Admin.	574	425	127	288	388	-535	659	914	1.098	397	92	-18	492	773	-42	-571	277	1.228
Rent. Fdo. Admin.	0	22	410	120	316	676	983	901	1.355	1.667	2.080	105	2.724	725	2.543	2.645	2.006	3.441
Reversão do Fdo.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-23.320
Fundo Admin. (*)	574	1.021	1.557	1.966	2.670	2.810	4.452	6.268	8.720	10.783	12.956	13.043	16.258	17.756	20.257	22.331	24.614	5.964

* Inclui o rendimento relativo à aplicação financeira do saldo do Fundo Administrativo.

* O Fundo Administrativo, constituído em 1997 (RDE 243/97), é composto a partir de receitas administrativas não utilizadas pela Fibra, para fazer frente a despesas futuras.

* Foi realizada uma reversão de parte do valor do Fundo Administrativo para o Fundo Previdenciário, em dez/2014, conforme autorizado pela RCD 001/2015 de 06/02/2015.

**O MELHOR TRABALHO
É AQUELE QUE FAZEMOS JUNTOS.**

PASSIVO

PLANO DE BENEFÍCIOS

Nos últimos anos, o passivo da Fibra vem aumentando devido a vários fatores, como redução de taxa de juros atuarial, aumento de expectativa de vida e ganhos reais nos salários acima da inflação, que são repassados também aos assistidos por força do Regulamento do Plano de Benefícios.

Neste exercício de 2014, em caráter excepcional, houve um elemento redutor do passivo atuarial, decorrente da mudança da taxa de juros atuarial de 5,50% para 5,68%, nos termos da nova Resolução CNPC nº 15/2014, que revogou parte da Resolução CNPC nº 09/2012, que estabelecia redução gradativa na taxa de juros atuarial até o patamar de 4,5% a.a. em 2018.

É importante mencionar, que a nova legislação não define nem pelo aumento nem pela redução futura das taxas atuariais, mas sim

por sua permanente adequação às expectativas de rentabilidade futuras, dentro de limites máximos e mínimos, a serem apurados dependendo do prazo médio do fluxo de pagamento de benefícios e das taxas praticadas pelo mercado nos últimos 3 (três) anos para títulos públicos federais com prazo equivalente. Desta forma, ao mesmo tempo em que permite uma precificação mais adequada do passivo atuarial, esta nova norma também introduz uma volatilidade nas taxas que serão utilizadas para seu cálculo e, conseqüentemente, nos resultados.

Na seqüência, serão demonstrados os principais elementos que, ao longo dos anos, têm contribuído para a elevação ou redução do passivo atuarial.

TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros atuarial é utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de receitas e despesas projetadas. Até 2009, a Fibra utilizou a taxa de juros de 6,00% a.a., e, a partir de 2010, passou a adotar novas taxas de juros, condizentes com a legislação vigente na época e a conjuntura econômica. Estas mudanças ocasionaram um acréscimo estimado de R\$ 129 milhões no passivo atuarial, conforme quadro ao lado:

Ano	Taxa de Juros	Impacto no Passivo (R\$ Mil)
1988/2009	6,00%	-
2010/2011	5,75%	100.112
2012/2013	5,50%	106.504
2014	5,68%	(77.527)
Total Acumulado		129.089

Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos de mudança da hipótese da taxa de juros sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.

TÁBUA DE SOBREVIVÊNCIA (EXPECTATIVA DE VIDA)

Ao longo dos anos, também têm aumentado a expectativa de vida dos participantes, o que se reflete, igualmente, sobre o aumento do

passivo atuarial.

Entre 2000 e 2013, as alterações da tábua de Mortalidade Geral

e da expectativa de vida média aos 55 anos (idade prevista para atingimento pleno da carência de idade para o benefício de Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição), fizeram com que a estimativa de tempo médio de duração do pagamento do benefício aumentasse de 19,7 anos para 30 anos, elevando em R\$ 601 milhões o valor necessário para arcar com o compromisso de pagamento vitalício dos benefícios.

IMPACTO APROXIMADO

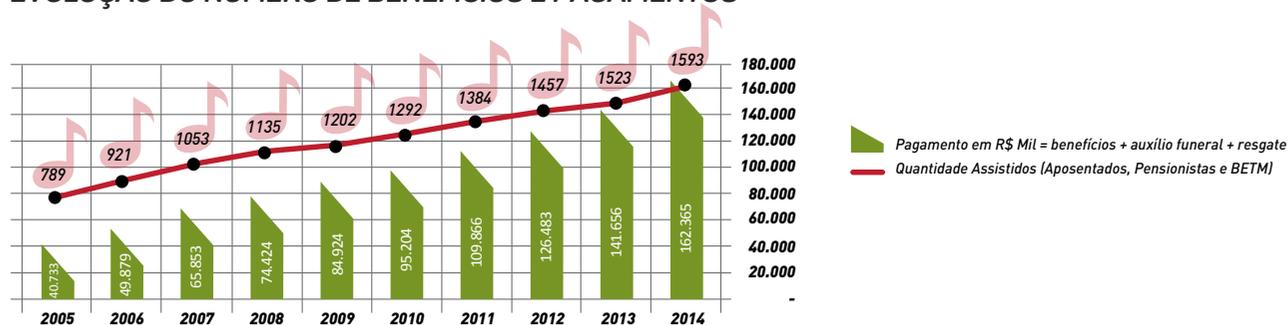
Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos de mudança de hipótese das Tábuas Biométricas sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.

Ano de mudança da hipóteses	Mudança praticada			Expectativa de vida média aos 55 anos
	Mortalidade Geral	Entrada em invalidez	Mortalidade de inválidos	
1988 (criação Fibra)	CSO 58 Masc.	Light Forte	IAPB 55	19,7
2000	AT 49 Masc.	Light Média	IAPB 55	22,2
2003	AT 83 Masc.	Light Média	(IAPB 55+ at 49)/2	27
2005	AT 2000 Masc.	Light Média	AT 83 Masc.	27,9
2009	AT 2000 (Desag. 10%)	Light Média	AT 83 (Desag. 10%)	28,9
2010	AT 2000 (Desag. 10%)	Light Fraca	AT 83 (Desag. 10%)	28,9
2013	AT 2000 (Desag. 20%)	Light Fraca	AT 83 (Desag. 10%)	30
Impacto Total Estimado (R\$ Mil)				601.239

EVOLUÇÃO DE BENEFÍCIOS E VALORES PAGOS

O ano encerrou com 1.593 benefícios vigentes, 70 benefícios a mais do que no anterior, compostos por aposentadoria (1.379), pensão (207) e BETM (7). Nos últimos 10 anos, houve aumento de 102% na quantidade de benefícios pagos (de 789 para 1593) e de 298,61% em relação ao montante total pago (passando de R\$ 40,7 milhões para R\$ 162,4 milhões).

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS E PAGAMENTOS



GANHO REAL CONCEDIDO AOS EMPREGADOS E AOS ASSISTIDOS

O Plano de Benefícios da Fibra possui duas vinculações. A primeira, é que o benefício a ser concedido é calculado com base na média das últimas remunerações dos empregados. A segunda, é que o Regulamento prevê o repasse aos assistidos dos reajustes concedidos pela patrocinadora Itaipu na Tabela Salarial.

Até 2006, os reajustes vinham se limitando ao repasse da inflação, entretanto, no período de 2006 a 2014 a patrocinadora concedeu

um ganho real de 8,92% acima da inflação, reajuste este que impacta tanto no aumento da reserva de benefícios a conceder (ativos), quanto na reserva de benefícios concedidos (assistidos). A concessão destes ganhos reais na tabela salarial ocasionou um aumento estimado de R\$ 320 milhões no passivo atuarial da Fibra, conforme quadro abaixo:

Demonstração do Impacto dos Ganhos Reais:

Período	2006 a 2014		
Ganho Real Acumulado (*)	8,92%		
Descrição	Impacto Passado (já pago em folha de benefícios)	Impacto Futuro (Reserva Matemática)	Impacto TOTAL
Impacto nos Benefícios a Conceder	-	109.869	109.869
Impacto nos Benefícios Concedidos	37.830	172.299	210.130
TOTAL Acumulado (R\$ Mil)	37.830	282.169	319.999

(*) Ganhos reais no período: 2006=0,5452%; 2007=1%; 2008=1%; 2009=1%; 2010=1%; 2012=1,25%; 2013=1,4%; 2014=1,4%.

Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos do Ganho Real sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos; d) considera o valor do efeito passado (ganhos reais já concedidos), que contemplou o efeito real histórico atualizado com a meta atuarial (IPCA+5,68% de juros atuarial).

Outro fato relevante relacionado a este tema, que impacta no passivo atuarial, é a tendência de agravamento da hipótese de Projeção de Crescimento Real de Salário, que segundo a escala logística adotada nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, geram as seguintes estimativas médias de crescimento real de salário: 1,85%, 1,93%, 1,92%, 2,01%, 2,15%, 2,19%, 2,25% e 2,31%, respectivamente (estimativas da idade

média dos participantes ativos até a data de aposentadoria). Na Avaliação Atuarial do fechamento de 2014, o impacto gerado no passivo atuarial pela atualização desta hipótese foi de aproximadamente R\$ 8,5 milhões e, persistindo a tendência observada dos últimos anos, poderá haver um impacto adicional no passivo de aproximadamente R\$ 100 milhões nos próximos anos.

CUSTEIO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O custo normal de um plano de benefício define a alíquota de contribuição necessária para assegurar recursos suficientes aos atuais participantes ativos, para que possam alcançar os benefícios projetados, partindo da premissa de que o plano está em equilíbrio no presente. Ou seja, o custo normal não está relacionado a déficits e nem a superávits, e também não está relacionado aos participantes assistidos, mas tão somente às características da atual massa de participantes ativos e às hipóteses utilizadas no cálculo das reservas (taxa de juros, longevidade, crescimento salarial, ganhos reais acima da inflação, etc).

Já o custo extraordinário de um plano é aquele relacionado especificamente a cobertura de déficits. Desde a criação da Fibra, nunca foram cobradas contribuições extraordinárias para cobertura de déficits.

Em função da evolução do perfil da massa de participantes ativos, do aumento da longevidade, dos ganhos reais acima da inflação, e da variação das taxas de juros, o custo normal vem se elevando e, em três oportunidades, as alíquotas de contribuição dos participantes

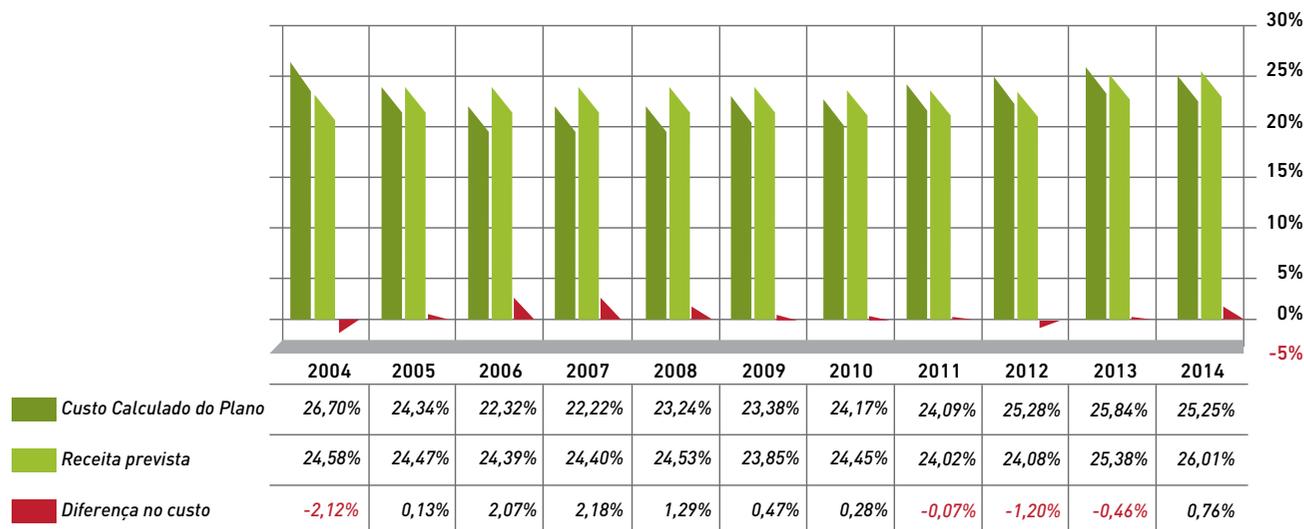
ativos foi revista: i) em 2004, houve aumento de 9,64%; ii) em 2013, houve aumento de 14,50%; iii) em 2014, houve aumento de 4,80%.

Até o momento, não foram revistas as alíquotas de contribuição dos assistidos e nem da patrocinadora Itaipu, por força de que os participantes ativos contribuem com alíquotas variáveis, ainda inferiores ao teto para eles estabelecido no Regulamento do Plano, enquanto a Itaipu e os participantes assistidos contribuem com alíquotas fixas regulamentadamente definidas.

As revisões de alíquotas são previamente avaliadas pelo atuário responsável e submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo, sendo amplamente divulgadas aos participantes, tanto em palestras específicas efetuadas pela Fibra, como por meio do Fibra Notícias e de cartilha específica.

Para 2015, não está previsto novo aumento de alíquota de contribuição, uma vez que os cálculos realizados para o fechamento da Avaliação Atuarial de 2014 demonstram equilíbrio entre o custo calculado do plano e as receitas previstas de contribuições em razão, principalmente, da elevação da taxa de juros atuarial do Plano.

CUSTO CALCULADO DO PLANO



CRESCIMENTO DAS NECESSIDADES DE RESERVAS ATUARIAIS AO LONGO DOS ANOS

As informações dos quadros anteriores nos permitem concluir que, ao longo dos anos, a Fibra vem arcando com custos decorrentes de fatores que aumentaram seu passivo atuarial, especialmente a taxa de juros (+R\$ 129 milhões), os ganhos reais acima da inflação concedidos pela patrocinadora Itaipu e repassados para as reservas

EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

A Fibra, conjuntamente com seus órgãos estatutários e com o Grupo de Trabalho de Estudo do Plano vem desenvolvendo ao longo dos anos uma série de iniciativas para buscar a sustentabilidade de curto, médio e longo prazos do plano de benefícios. Dentre as ações já desenvolvidas, relacionadas com a sustentabilidade de curto e médio prazo, destacamos as seguintes:

- Adequação da metodologia de cálculo da Joia de Ingresso ao Plano;
- Criação da Joia para inscrição de beneficiários para aposentados e para ativos;
- Separação, no cálculo da média salarial para cálculo de benefício, da remuneração fixa e dos adicionais salariais, considerando períodos de meses diferenciados, de 36 e 120

dos ativos e assistidos (+R\$ 320 milhões) e o aumento da expectativa de vida (+R\$ 601 milhões), produzindo um impacto acumulado de R\$ 1.050 milhões ao longo dos anos, que não estava previsto nas premissas e hipóteses por ocasião da criação da Fibra.

meses, respectivamente;

- Consideração, na média salarial para cálculo do benefício, de no máximo 30 dias de férias para cada período de 12 meses.

Dentre as ações em desenvolvimento, relacionadas com a sustentabilidade de longo prazo, o destaque é para o estágio avançado das discussões com a Itaipu e com os representantes dos empregados e das entidades sindicais sobre a possibilidade de saldamento do plano vigente e criação de um novo plano de benefícios. Os estudos técnicos elaborados já foram discutidos, revistos e apresentados pela Fibra e o tema está em fase de análise técnica, financeira e de negociação entre as partes, para decisão sobre o encaminhamento futuro.

GANHOS E PERDAS ATUARIAIS OCORRIDAS EM 2014

Em 2014, a alteração de hipótese atuarial e de fatores não previstos produziu impactos positivos e negativos no resultado do exercício. O quadro abaixo indica o reflexo de cada uma destas alterações sobre o resultado do exercício.

HIPÓTESES ATUARIAIS E IMPACTOS NO PASSIVO:	R\$ Mil
1) Redução decorrente do aumento da taxa real de juros de 5,50% para 5,68% a.a.	77.527
2) Redução da provisão decorrente do aumento das alíquotas de contribuição dos participantes.	7.649
3) Alteração na Hipótese de Projeção de Crescimento Real Médio de Salário de 2,25% para 2,31% a.a.	-8.539
4) Alteração da função adotada para projetar a Rotatividade.	-362
5) Ganho real do benefício concedido acima do indexador atuarial do plano (1,40%).	-27.531
6) Ganho real do salário real de benefício acima do indexador atuarial do plano (1,40%).	-17.933
7) Impacto no Passivo Atuarial dos aumentos/reduções apresentados acima.	30.811

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

Despesas Previdenciais					
Despesas com pagamento de benefícios		2013	2014	Variação	Variação
		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	%
Mensal Continuado	Aposentadoria	127.129	145.712	18.583	14,62
	Pensão	14.028	15.539	1.511	10,77
	Benefício Especial Temporário	80	128	48	60,00
	Subtotal	141.237	161.379	20.142	14,26
Pagamento Único	Restituição de contribuição - Resgate	409	976	567	138,63
	Portabilidade	0	0	0	0,00
	Auxílio Funeral	10	10	0	0,00
	Subtotal	419	986	567	135,32
Total		141.656	162.365	20.709	14,62

As despesas com pagamento de benefícios cresceram 14,62% no ano, fruto dos reajustes e do aumento dos benefícios pagos.

As receitas de contribuições tiveram aumento de 11,30%, fruto dos reajustes, da mudança da massa de participantes e da elevação da alíquota de contribuições.

Receitas Destinadas ao Programa Previdencial					
Origem da Contribuição		2013	2014	Variação	Variação
		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	%
Patrocinadores	Normal	29.403	31.275	1.872	6,37
	Suplementar	4.546	4.837	291	6,40
	Subtotal	33.949	36.112	2.163	6,37
Participantes	Ativos	19.652	22.542	2.890	14,71
	Autopatrocinados	281	325	44	15,66
	Aposentados	12.721	14.580	1.859	14,61
	Jóias, Taxas de inscrição e outras	1.198	1.903	705	58,85
	Subtotal	33.852	39.350	5.498	16,24
Total		67.801	75.462	7.661	11,30



**O TALENTO DE CADA UM
É FUNDAMENTAL PARA O
DESEMPENHO DE TODOS.**

ATIVO

ECONOMIA E OS INVESTIMENTOS EM 2014

O Brasil foi palco de grandes acontecimentos em 2014, especialmente a Copa do Mundo e as eleições presidenciais. A economia internacional assistiu a retirada dos estímulos pelo FED (Federal Reserve), banco central norte-americano, fazendo com que o fluxo de investimentos globais retornasse para os Estados Unidos, e refletindo na desvalorização das moedas dos diversos países. Países exportadores de “commodities”, como o Brasil, sofreram pressão adicional decorrente da queda de preços de suas exportações, com reflexos na balança de pagamentos e, conseqüentemente, no câmbio. O dólar saiu de R\$ 2,34 no início do ano para encerrar 2014 cotado a R\$ 2,65.

A taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) iniciou o ano em 10% e encerrou a 11,75% (aumento de 175 pontos-base), movimento acompanhado de abertura dos prêmios dos títulos públicos.

Aspectos climáticos também tiveram influência nos setores de abastecimento de água e elétrico. Desde a falta de chuvas que castigou a Região Sudeste do país, até vendavais que derrubaram torres eólicas na Região Sul. O aumento da dependência das usinas termelétricas elevou o custo da tarifa de energia elétrica, que acabou colaborando, juntamente com a alta de alimentos, para a inflação atingir o patamar 6,41% no acumulado do ano.

A retomada do crescimento nos Estados Unidos (encerrou o ano com expansão de 2,4%) antagonizou com a redução do crescimento da China para 7,3%, o menor dos últimos anos.

O PIB Brasileiro foi afetado por estes e outros fatores, e a economia encerrou 2014 com expansão de apenas 0,1%. A Bolsa de Valores de São Paulo refletiu este cenário, fechando o ano com queda de 2,91%.

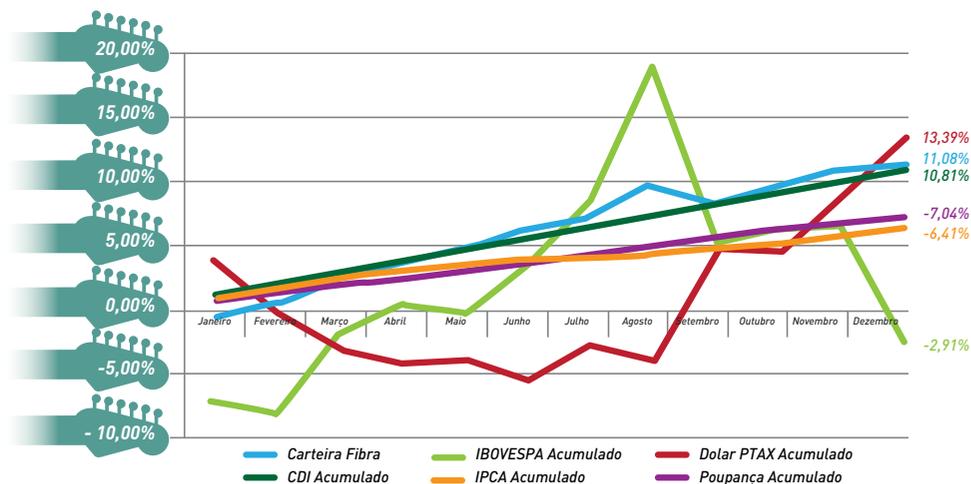
RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS

A Fibra obteve rentabilidade de 11,08%, abaixo da meta atuarial, que fechou 2014 em 12,26%. Apesar disso, a rentabilidade da Fibra marcada a mercado ficou em 12,76%, demonstrando recuperação em relação aos resultados obtidos em 2013. Ainda que a renda fixa tenha batido a meta atuarial neste ano, o resultado da Fibra refletiu, em parte, as dificuldades observadas

na renda variável, que, contrariando a tendência esperada, tem demonstrado baixo retorno, inclusive no longo prazo.

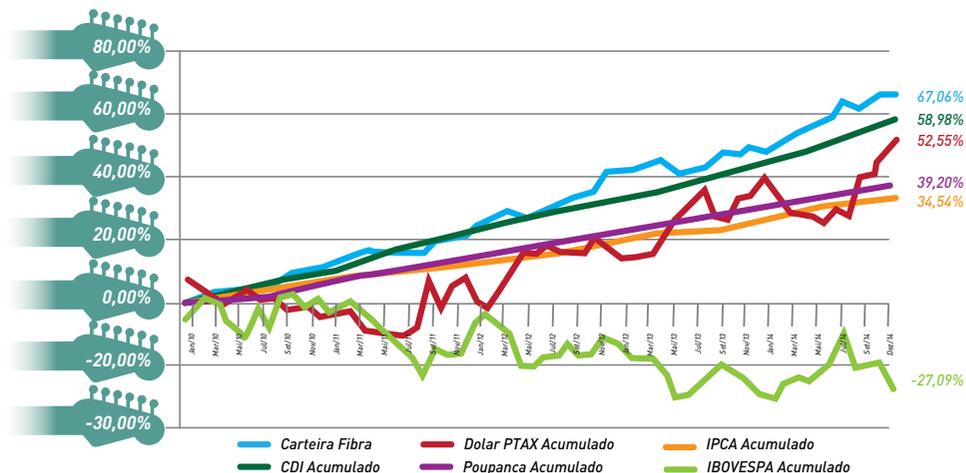
Comparando-se a performance dos investimentos da Fibra em relação aos principais indicadores de mercado (dólar, CDI, poupança, inflação e Ibovespa), a rentabilidade da carteira ficou abaixo apenas da variação do dólar, ficando acima de todos os demais indicadores.

RENTABILIDADE 2014



Apesar das dificuldades enfrentadas desde a crise de 2008, e mais especificamente nos últimos 5 anos, a Fibra tem conseguido agregar valor comparativamente às opções disponíveis no cenário, conforme o quadro a seguir:

RENTABILIDADES ACUMULADAS



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em 2014, a Fibra cumpriu o mandato e limites estabelecidos na Política de Investimentos, limites estes que foram revistos para 2015, e contemplam uma redução da exposição ao risco, alinhado ao cenário macroeconômico e ao estágio de maturidade do Plano de Benefícios.

As Políticas de Investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, tanto para 2014 quanto para 2015, foram publicadas integralmente na página da internet da Fundação.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS

Ao longo de 2014, a Fibra implementou medidas para tentar preservar o capital da Fundação e garantir remuneração para fazer frente aos compromissos com os Participantes, sem deixar de aproveitar oportunidades oferecidas nos momentos de volatilidade. Dentre as ações implementadas, destacamos:

- Realização de operações táticas em renda fixa com títulos públicos federais, com o objetivo de apropriar os ganhos com a inflação implícita;*
- Mudança gradual da carteira de renda fixa, tornando-a mais conservadora ao longo do ano com o aumento da parcela marcada na curva de aquisição;*
- Aumento da parcela mantida em caixa, garantindo liquidez para novas aquisições de títulos públicos em momentos de “stress”, além de propiciar a apropriação de remuneração pelo CDI;*
- Substituição de operações pré-fixadas por pós-fixadas;*
- Revisão da carteira de renda variável, buscando fundos que propiciassem papel defensivo na carteira contra as fortes oscilações do Ibovespa;*
- Realização de operações táticas com fundos de índice para garantir retorno adicional em relação ao Ibovespa;*
- Realização do primeiro investimento no exterior, buscando descorrelacionar a carteira dos eventos que afetam a Bolsa local, procurando aproveitar a retomada do crescimento da economia global, além da valorização do dólar;*
- Segregação da atividade de monitoramento de risco de análise e controle, em linha com as melhores práticas do mercado.*

Em 2014, a Fibra cumpriu o mandato e limites estabelecidos na Política de Investimentos, limites estes que foram revistos para 2015, e contemplam uma redução da exposição ao risco, alinhado ao cenário macroeconômico e ao estágio de maturidade do Plano de Benefícios.

As Políticas de Investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, tanto para 2014 quanto para 2015, foram publicadas integralmente na página da internet da Fundação.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA VARIÁVEL

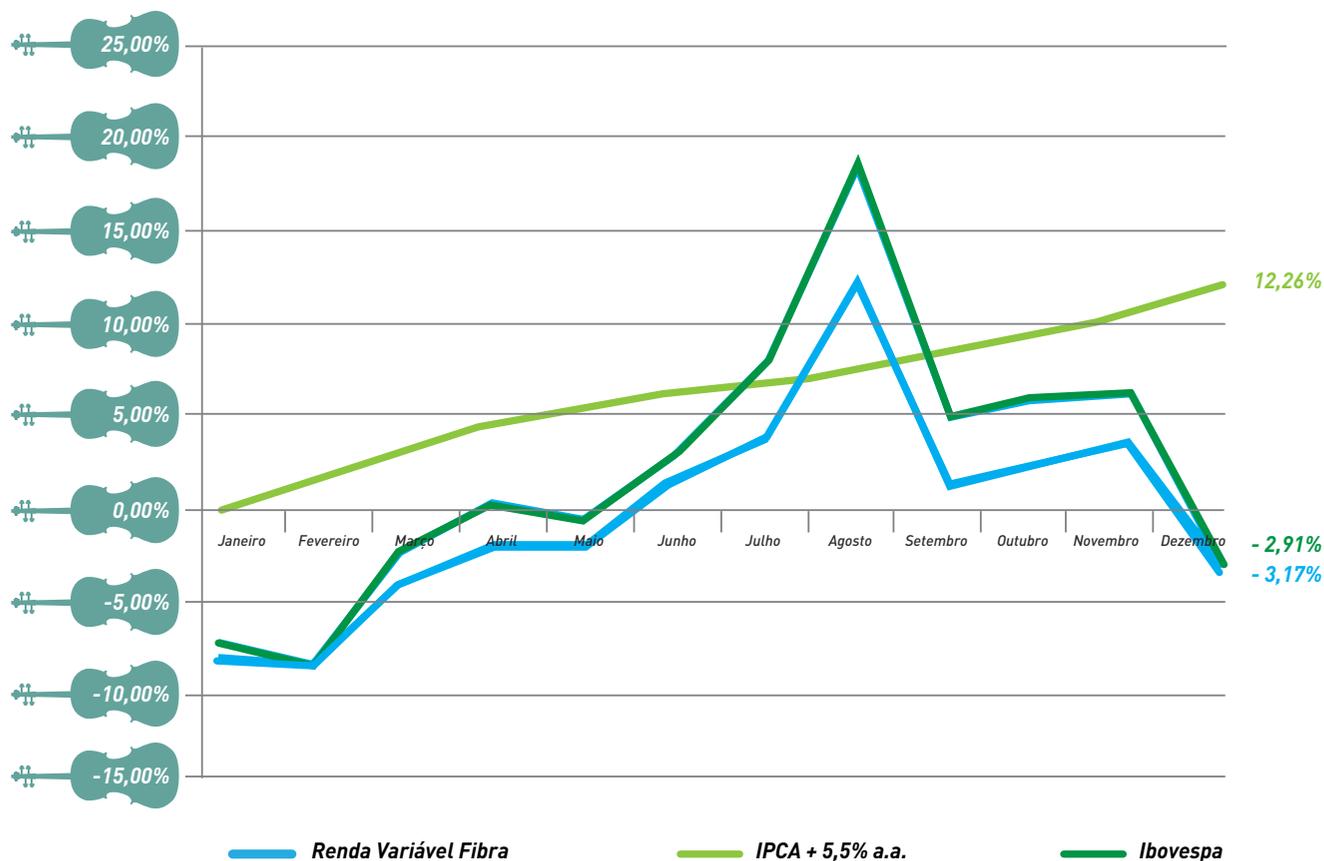
A carteira de renda variável obteve rentabilidade de -3,17% contra -2,86% do benchmark (40% IBrX-100 + 60% Ibovespa). O desempenho da carteira sofreu com a grande volatilidade observada ao longo de um ano repleto de desafios na economia local e internacional.

Nos primeiros meses de 2014, o Ibovespa já havia recuado mais de

8%, recuperando-se parcialmente ao longo do ano, mas encerrando o exercício novamente no negativo (-2,91%).

A Fibra buscou aproveitar-se desta volatilidade, com operações táticas de compra e venda para melhorar o resultado e reduzir a defasagem em relação ao benchmark, conforme demonstra o gráfico:

RENTA VARIÁVEL FIBRA



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA FIXA

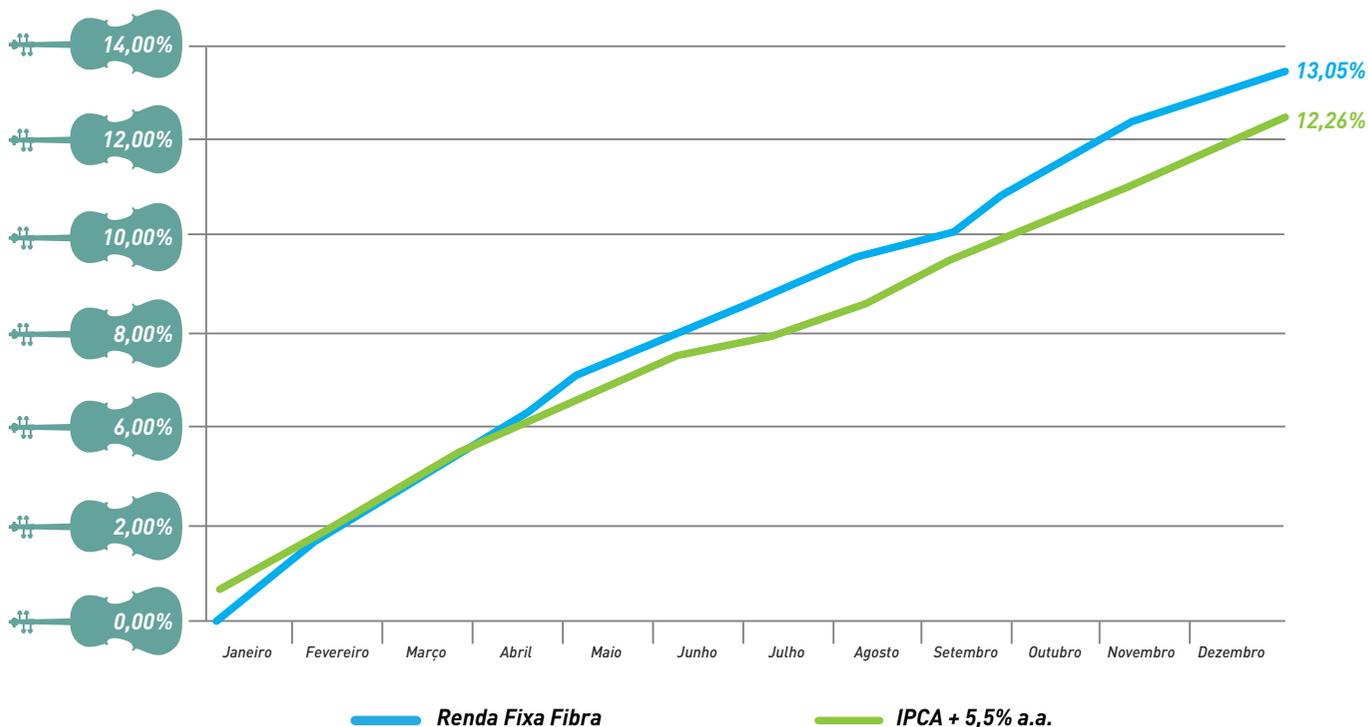
A carteira de renda fixa obteve rentabilidade de 13,05% contra 12,26% da meta atuarial (IPCA + 5,50% a.a.). Se considerada a rentabilidade da renda fixa marcada a mercado, a performance foi de 15,64%. Os números refletiram a postura ativa da Fibra na busca para garantir a composição mais adequada ao perfil do Plano de Benefícios dos Participantes, pautando sempre as ações pela precaução na preservação do capital.

A aceleração da alta da Selic criou uma janela de oportunidade a qual foi aproveitada. Apenas nos dois primeiros meses do ano, a Fundação

realizou aquisições de aproximadamente R\$ 110 milhões de NTN-B's, marcadas na curva de aquisição, para diversos vencimentos (desde 2018 até 2050), aproveitando os prêmios acima da meta atuarial oferecidos pelo mercado.

Novas aquisições foram feitas entre os meses de agosto e dezembro, com volume de aproximadamente R\$ 230 milhões, combinando-as com vendas de R\$ 120 milhões em posições de vencimento mais curto, garantindo, desta forma, o alongamento do prazo da carteira de títulos, sugerido pelo estudo de ALM para 2014.

RENDA FIXA FIBRA



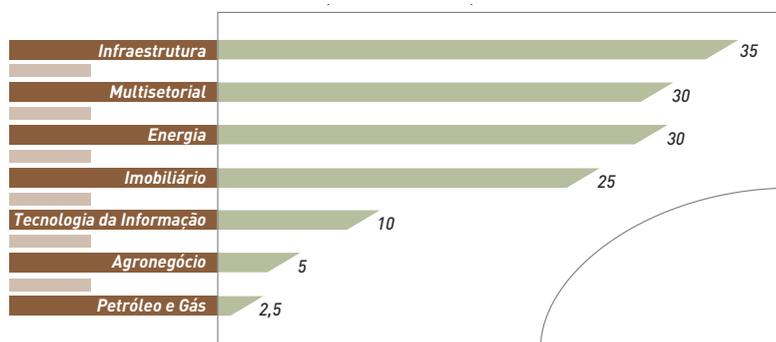
RENDIMENTOS OBTIDOS EM ESTRUTURADOS

Os investimentos estruturados são representados pela carteira de Fundos de Investimentos em Participações (FIP's) da Fibra, constituída ao longo dos anos. Esta carteira é composta hoje por 11 FIP's, cujo resultado esperado se dará no longo prazo, por ocasião dos desinvestimentos.

Atualmente, a carteira de FIP's da Fibra engloba empresas de diversos setores, como: energia (projetos eólicos e PCHs), shopping centers, portos, tecnologia da informação, agronegócio, exploração de petróleo, galpões logísticos, empresas de logística, infraestrutura, mercado editorial e alimentos.

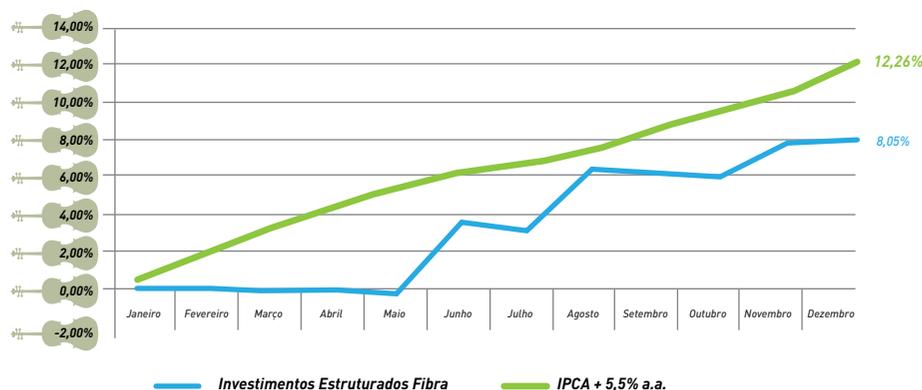
FIP's - INVESTIMENTO POR SETOR

(em R\$ milhões)



Ainda que tenham ocorridos alguns desinvestimentos, a performance da carteira ficou em 8,05%, abaixo da meta atuarial, que atingiu 12,26%, tendo em vista que a maior parte dos fundos está em estágio inicial de desinvestimento dos projetos que compõem as carteiras destes fundos. Destaque-se que alguns dos investimentos deste segmento vêm sendo afetados negativamente pelos mesmos fatores que influenciaram a economia como um todo e a renda variável especificamente.

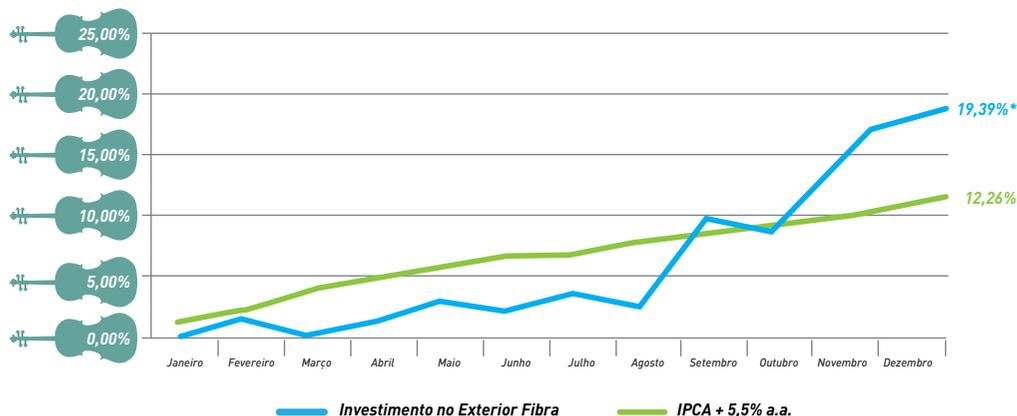
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS FIBRA



RENDIMENTOS OBTIDOS EM INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

A estreia da nova modalidade de investimentos para a Fibra não poderia ter sido melhor. A carteira de investimentos no exterior, composta atualmente por dois fundos, registrou 19,39% de rentabilidade, bem acima da meta atuarial de 12,26%. Parte desse excelente retorno deve-se à desvalorização do real frente ao dólar que, em 2014, subiu 13,39%.

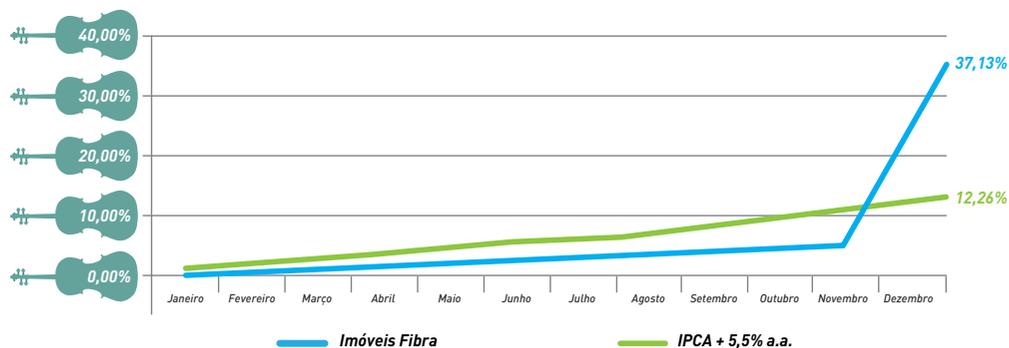
INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIBRA



RENDIMENTOS OBTIDOS EM IMÓVEIS

A carteira de imóveis obteve rentabilidade de 37,13%, acima da meta atuarial, que atingiu 12,26%. Este bom desempenho decorreu da reavaliação dos imóveis que compõem a carteira, de forma a ajustar aos atuais níveis de valores praticados pelo mercado imobiliário.

IMÓVEIS FIBRA



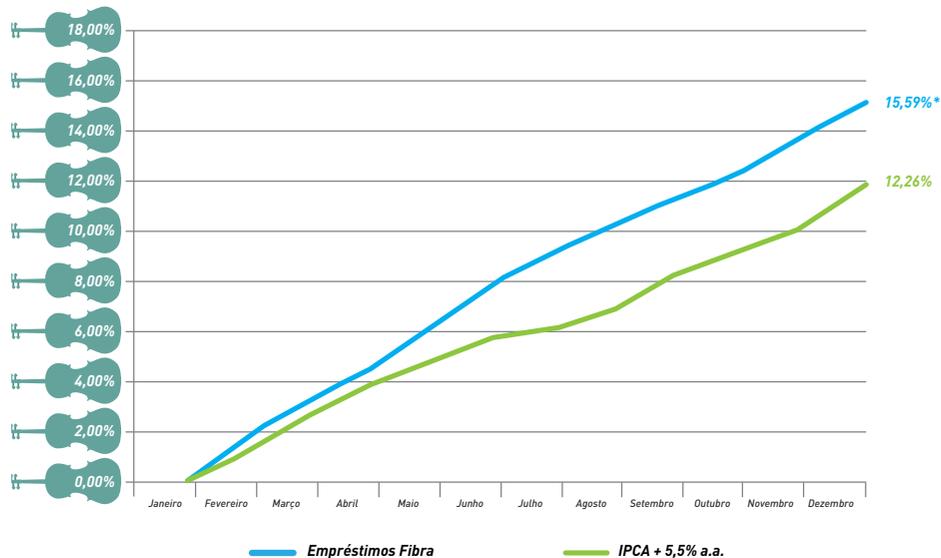
RENDIMENTOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

A rentabilidade da carteira de empréstimos registrou 15,59% de rentabilidade, acima da meta atuarial de 12,26%. A carteira de empréstimos representa 2,61% da carteira de investimentos da Fibra, com um total de R\$ 67,4 milhões.

No decorrer de 2014, a Fibra concedeu 1.433 empréstimos entre

as modalidades Plus e Tradicional, representando volume financeiro de R\$ 24,7 milhões (aumento de 14,94% em relação a 2013). Vale salientar que, somente a modalidade Plus, respondeu por 29% dos pedidos de Empréstimo Pessoal, representando mais de R\$ 7,8 milhões em recursos liberados.

EMPRÉSTIMOS FIBRA





**CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL,
EM PLENA HARMONIA COM
O DESEMPENHO.**

GOVERNANÇA E GESTÃO ADMINISTRATIVA

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Boas práticas de governança contribuem para um desenvolvimento sustentável, proporcionando melhorias no desempenho da entidade. Aderente a esse conceito, a Fibra se preocupa em ter dirigentes e empregados qualificados e sistemas de Governança Corporativa de qualidade.

A estrutura de governança vigente na Fibra é composta pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, pelo Comitê de Investimentos e pela Diretoria Executiva. Em abril de 2014, tomaram posse os novos membros do Conselho Fiscal, e no segundo semestre de 2014, foram realizadas eleições para o Conselho Deliberativo e para o Comitê de Investimentos, pois os atuais mandatos encerram-se em 31 de março de 2015.

Para apoio e operacionalização das atividades, a Fibra conta com uma equipe técnica de 36 empregados.



FERRAMENTAS DE GESTÃO

A Fibra é reconhecida por estar na vanguarda na adoção e manutenção de ferramentas de gestão.

Entre estas ferramentas adotadas pela Fibra, citamos:

- Certificação ISO 9001 para os procedimentos de todas as áreas, com realização de auditorias anuais, internas e externas;
- Adoção de ferramentas de planejamento estratégico, revisto anualmente, com estabelecimento de projetos e metas para cada exercício;
- Avaliação de riscos, revista anualmente, para identificar fragilidades e pontos que necessitam de aprimoramento;
- Vinculação do Pagamento de Participação nos Resultados às metas do planejamento estratégico e da avaliação de riscos;
- Capacitação e certificação de dirigentes, nos termos das exigências normativas;
- Capacitação da equipe técnica, com realização de 1.345,50 horas de treinamentos técnicos e gerenciais;
- Consolidação do uso de aplicações de “Business Intelligence” (BI), disponibilizando informações de suporte à tomada de decisão;
- Adoção de solução de Gestão de Conteúdo Empresarial, proporcionando recursos que otimizam o gerenciamento de conteúdos relacionados aos processos organizacionais.



Equipe de Auditoria Interna da Qualidade

**PARTICIPANTE,
NOSSA FONTE
DE INSPIRAÇÃO.**

RELACIONAMENTO

PARTICIPANTES

Os participantes são o motivo da existência da Fibra, e, por isso, temos uma equipe específica de Gestão do Relacionamento com o Participante, que concentra em uma só área as funções do atendimento pessoal, 0800, serviços on-line (área do participante), SMS, sistema de CRM – Sistema de Gerenciamento do Relacionamento com o Participante, Pesquisa de Opinião e o Programa de Educação Financeira e Previdenciária. Nossa estratégia é priorizar toda a comunicação com o Participante em um relacionamento individualizado e auto realizável. Os diferentes canais, de forma integrada, foram direcionados para maximizar a informação necessária com um mínimo de intervenção humana para esclarecimentos adicionais.

Esta abordagem integrada do relacionamento com o Participante, suportada com investimentos intensivos em tecnologia, tem se mostrado essencial para proporcionar um nível de excelência a partir de uma estrutura enxuta, conciliando, um atendimento on-line com um atendimento personalizado, uma comunicação rápida e eficiente. Um dos destaques do ano foi a implantação do site responsivo e o início do projeto de desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO
MÉDIA GERAL 8,9

8,9



AÇÕES SOCIAIS

CAMPEONATO DE FUTEBOL DA SOLIDARIEDADE DA PREVIPAR

700 kg de alimentos foram doados por participantes da Fibra para o Centro de Amparo aos Idosos Jesus Maria José em Curitiba.



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

A implantação deste programa, que é aberto ao público em geral, comprovou sua importância, pois na pesquisa de satisfação, realizada no mês de agosto, foi identificado que 60% dos participantes consideraram o programa de educação financeira útil para seu planejamento.

COMUNIDADE PREVIDENCIÁRIA E MERCADO

- Participação no Conselho Deliberativo da ABRAPP;
- Coordenação da Comissão Técnica Ad-Hoc Equacionamento de Déficit na ABRAPP;
- Participação na Comissão Técnica Nacional de Investimentos da ABRAPP;
- Participação na Comissão Técnica Nacional de Relacionamento com o Participante da ABRAPP;
- Participação na Comissão Técnica Nacional de Governança da ABRAPP;
- Participação na Comissão Técnica Nacional de Contabilidade da ABRAPP;
- Participação na Diretoria da ANCEP;
- Participação na Comissão Técnica Regional Sul de Atuária da ABRAPP;
- Membro do programa "Portas Abertas" da ABRAPP, que tem como objetivo abrir as portas à visita, da área de relacionamento das entidades participantes aos profissionais de entidades coirmãs, com vistas à troca de conhecimento e experiência.



FIBRA EM NÚMEROS

1.427	<i>Participantes ativos (empregados que aderiram ao plano + autopatrocinados)</i>
10	<i>Participantes em BPD, Vesting e com suspensão de contribuição</i>
1.593	<i>Assistidos (Aposentados, Pensionistas e BETM)</i>
3.903	<i>Beneficiários (incluindo dependentes)</i>
82	<i>Participantes que se aposentaram no ano</i>
41	<i>Empregados novos que aderiram ao Plano no ano</i>
42,6	<i>Idade média dos Participantes ativos</i>
64,8	<i>Idade média dos Participantes assistidos</i>
96	<i>Idade do assistido mais idoso</i>
21	<i>Idade do Participante ativo mais jovem</i>
1.433	<i>Empréstimos concedidos</i>
7.558	<i>Atendimentos registrados no CRM</i>
104.907	<i>Acessos ao site</i>
29.441	<i>Atendimentos na Área do Participante (site Fibra)</i>
1.788	<i>Participantes ativos e assistidos que aderiram ao SMS</i>
162 milhões	<i>Pagos em benefícios (14,6% a mais que 2013)</i>
1.853 milhões	<i>Pagos em benefícios desde a criação da Fibra (corrigido pelo INPC)</i>
12,76	<i>Rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)</i>
11,08	<i>Rentabilidade geral dos investimentos (Contábil)</i>
12,26	<i>Meta atuarial para a rentabilidade dos investimentos</i>
32	<i>Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo</i>
136	<i>Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal</i>
48	<i>Horas de reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos</i>
36	<i>Quadro funcional Fibra</i>

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira (Diretor Superintendente),
Denyse Gubert Rocha (Diretora de Administração e Processos),
Florício Medeiros da Costa (Diretor de Segurança).

CONSELHO DELIBERATIVO

João Emílio Corrêa da Silva de Mendonça (Presidente),
Ariel da Silveira (Presidente Substituto) e
Rosimeri Fauth Ramada Martins.

Representante dos Ativos:

José Carlos Siqueira Peçanha e
Laerti Alves Quadrado.

Representante dos Assistidos:

Heraldo Soares.

CONSELHO FISCAL

Márcia Abreu de Aguiar Buerger (Presidente) e
Viviane Aparecida da Silva (Presidente Substituta)

Representante dos Ativos:

Adriana Moreira

Representante dos Assistidos:

José Antonio Santos.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Luiz Covello Rossi (Presidente),
Mariana Favoreto Thiele (Presidente Substituto),
João Carlos Ferrer Garcia

Representante dos Ativos:

Humberto Ventura Godinho e
Luis Alberto Pereira de Oliveira

Representante dos Assistidos:

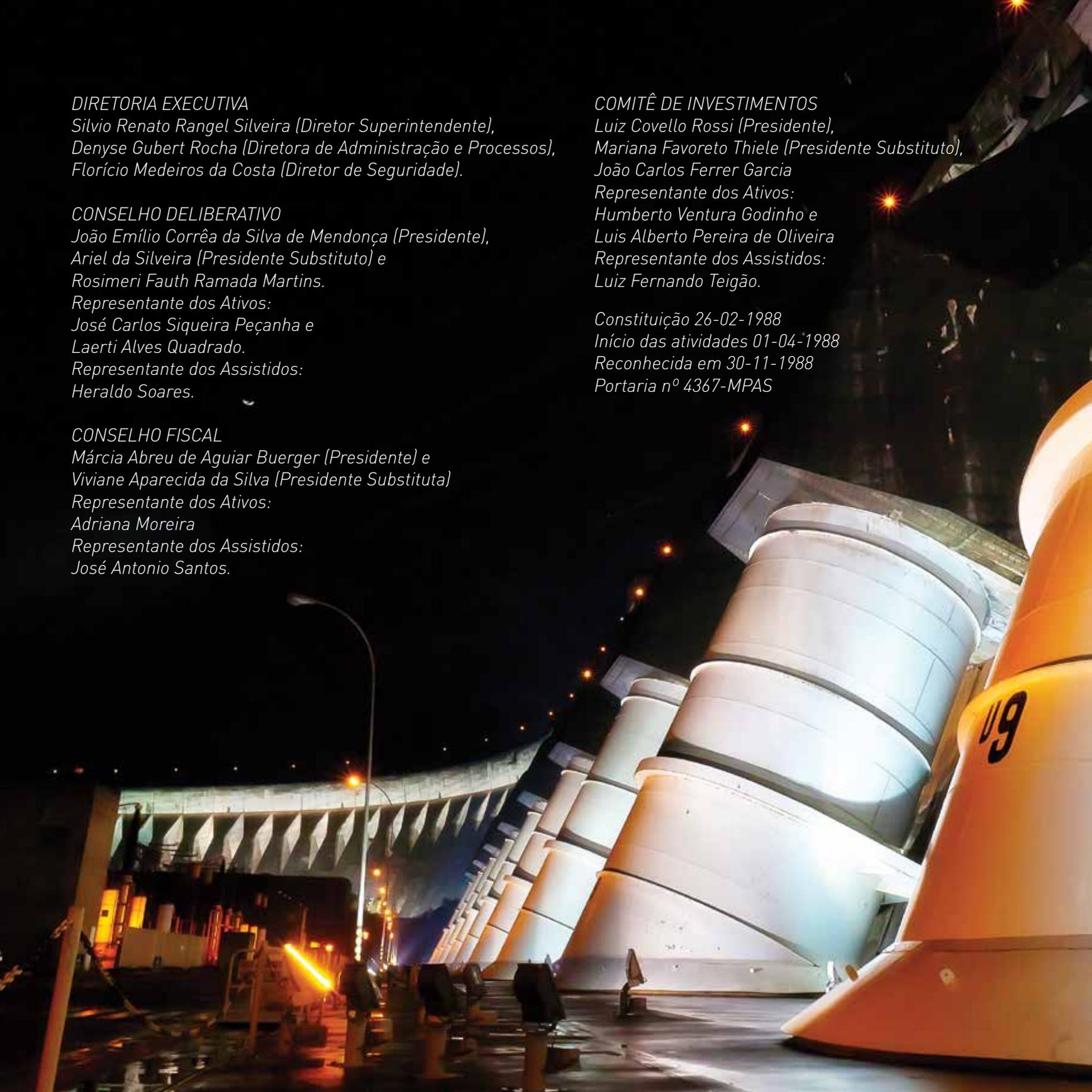
Luiz Fernando Teigão.

Constituição 26-02-1988

Início das atividades 01-04-1988

Reconhecida em 30-11-1988

Portaria nº 4367-MPAS





*Rua Comendador Araújo, 551 – 9º
andar
CEP 80420-000
Curitiba – Paraná
Telefone 41 3321 4001 – 0800 41 4404
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br*

*Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo de Itaipu
Telefone 45 3520 5210*

FIBRA Fundação
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR Itaipu
Brasil

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO

*Este relatório foi impresso a um custo
unitário de R\$ 6,07 provenientes de
recursos específicos do custeio administrativo.
Disponível também no site.*



ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
DISPONÍVEL	21	54
REALIZÁVEL	2.833.604	2.652.696
Gestão Previdencial	93.989	91.912
Gestão Administrativa	5.997	4.726
INVESTIMENTOS	2.733.618	2.556.058
Títulos Públicos	1.799.766	1.497.576
Créditos Privados e Depósitos	12.513	11.746
Fundos de investimento	648.493	808.799
Investimentos Imobiliários	86.684	67.430
Empréstimos	67.440	58.675
Depósitos Judiciais/Rekursais	118.722	111.832
PERMANENTE	674	645
Imobilizado	390	457
Intangível	284	188
TOTAL DO ATIVO	2.834.299	2.653.395

PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
EXIGÍVEL OPERACIONAL	9.681	8.122
Gestão Previdencial	4.736	4.027
Gestão Administrativa	983	834
Investimentos	3.962	3.261
EXIGÍVEL CONTIGENCIAL	114.131	155.820
Gestão Previdencial	6.192	5.294
Gestão Administrativa	4.815	3.689
Investimentos	103.124	146.837
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.710.487	2.489.453
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.699.746	2.460.899
Provisões Matemáticas	2.822.183	2.614.275
Benefícios Concedidos	1.963.628	1.729.373
Benefícios a Conceder	905.389	932.770
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(46.834)	(47.868)
Equilíbrio Técnico	(122.437)	(153.376)
Resultados Realizados	(122.437)	(153.376)
Déficit/Superávit Técnico Acumulado	(122.437)	(153.376)
Fundos	10.741	28.554
Fundos Administrativos	6.638	25.259
Fundos dos Investimentos	4.103	3.295
TOTAL DO PASSIVO	2.834.299	2.653.395

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.460.899	2.391.960	2,88
1. Adições	391.733	222.887	75,75
(+) Contribuições	106.439	93.304	14,08
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	285.294	129.583	120,16
2. Destinações	(152.886)	(153.948)	(0,69)
(-) Benefícios	(162.365)	(141.656)	14,62
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(655)	(387)	69,25
(+/-) Custeio Administrativo	10.134	(11.905)	(185,12)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	238.847	68.939	246,46
(+) Provisões Matemáticas	207.908	281.322	(26,10)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	30.939	(212.383)	(114,57)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.699.746	2.460.899	9,71
C) Fundos não previdenciais	10.741	28.554	(62,38)
(+) Fundos Administrativos	6.638	25.259	(73,72)
(+) Fundos dos Investimentos	4.103	3.295	24,52

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - CNPB 19880012-18

R\$ Mil

	31/12/14	31/12/13	Varição (%)
1. Ativos	2.828.502	2.648.872	6,78
Disponível	15	49	(69,39)
Recebível	124.088	117.325	5,76
Investimento	2.704.399	2.531.498	6,83
Títulos Públicos	1.799.766	1.487.347	21,01
Créditos Privados e Depósitos	12.513	11.746	6,53
Fundos de Investimento	619.274	794.468	(22,05)
Investimentos Imobiliários	86.684	67.430	28,55
Empréstimos	67.440	58.675	14,94
Depósitos Judiciais/Rekursais	118.722	111.832	6,16
2. Obrigações	118.014	159.418	(25,97)
Operacional	8.698	7.288	19,35
Contingencial	109.316	152.130	(28,14)
3. Fundos não Previdenciais	10.741	28.554	(62,38)
Fundos Administrativos	6.638	25.259	(73,72)
Fundos dos investimentos	4.103	3.295	24,52
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.699.746	2.460.899	9,71
Provisões Matemáticas	2.822.183	2.614.275	7,95
Superávit/Déficit Técnico	(122.437)	(153.376)	(20,17)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

R\$ Mil

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a - Resultado Realizado	(122.437)	(153.376)	(20,17)
a.2 - (-) Déficit Técnico Acumulado	(122.437)	(153.376)	(20,17)
b - Ajuste de Precificação	124.590	123.212	1,12
c - (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.153	(30.164)	(107,14)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.489.454	2.417.467	2,98
1. Adições	419.302	225.472	85,97
(+) Contribuições Previdenciais	116.573	81.399	43,21
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	285.294	129.583	120,16
(+) Receitas Administrativas	13.185	11.905	10,75
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.442	2.006	71,59
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	808	579	39,55
2. Destinações	(198.268)	(153.485)	29,18
(-) Benefícios	(162.365)	(141.656)	14,62
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(655)	(387)	69,25
(-) Despesas Administrativas	(35.248)	(11.442)	208,06
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	221.034	71.987	207,05
(+) Provisões Matemáticas	207.908	281.322	(26,10)
(+/-) Superávit/Deficit Técnico do Exercício	30.939	(212.383)	(114,57)
(-/+) Fundos Administrativos	(18.621)	2.469	(854,19)
(+) Fundos dos Investimentos	808	578	39,79
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.710.488	2.489.454	8,88

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.259	22.790	10,83
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.627	13.911	19,52
1.1. Receitas	16.627	13.911	19,52
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	13.185	11.905	10,75
Resultado Positivo dos Investimentos	3.442	2.006	71,59
2. Despesas Administrativas	(35.248)	(11.442)	208,06
2.1. Administração Previdencial	(7.647)	(7.282)	5,01
Pessoal e encargos	(5.309)	(4.894)	8,48
Treinamentos/congressos e seminários	(39)	(37)	5,41
Viagens e estadias	(169)	(221)	(23,53)
Serviços de terceiros	(777)	(911)	(14,71)
Despesas gerais	(1.252)	(1.128)	10,99
Depreciações e amortizações	(101)	(91)	10,99
2.2. Administração dos Investimentos	(4.281)	(4.160)	2,91
Pessoal e encargos	(3.198)	(2.909)	9,93
Treinamentos/congressos e seminários	(16)	(33)	(51,52)
Viagens e estadias	(149)	(208)	(28,37)
Serviços de terceiros	(499)	(642)	(22,27)
Despesas gerais	(335)	(294)	13,95
Depreciações e amortizações	(84)	(74)	13,51
2.4 Reversão de Recursos para Plano de Benefícios	(23.320)	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(18.621)	2.469	(854,19)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(18.621)	2.469	(854,19)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	6.638	25.259	(73,72)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 +5)	2.821.863	2.623.613	7,56
1. Provisões Matemáticas	2.822.183	2.614.275	7,95
1.1. Benefícios Concedidos	1.963.628	1.729.373	13,55
Benefício Definido	1.963.628	1.729.373	13,55
1.2. Benefício a Conceder	905.389	932.770	(2,94)
Benefício Definido	905.389	932.770	(2,94)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(46.834)	(47.868)	(2,16)
(-) Serviço passado	(46.834)	(47.868)	(2,16)
(-) Patrocinador(es)	(46.834)	(47.868)	(2,16)
2. Equilíbrio Técnico	(122.437)	(153.376)	(20,17)
2.1. Resultados Realizados	(122.437)	(153.376)	(20,17)
(-) Déficit técnico acumulado	(122.437)	(153.376)	(20,17)
3. Fundos	4.103	3.295	24,52
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.103	3.295	24,52
4. Exigível Operacional	8.698	7.288	19,35
4.1 Gestão Previdencial	4.736	4.027	17,61
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	3.962	3.261	21,50
5. Exigível Contingencial	109.316	152.131	(28,14)
5.1 Gestão Previdencial	6.192	5.294	16,96
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	103.124	146.837	(29,77)

FIBRA
Fundação
Itaipu
Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, entidade patrocinada pela Itaipu Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2014, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pelas Resoluções nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e 4.275, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte;
- Auxílio reclusão;

- Auxílio funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos pelo regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Legislação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Foi também observada, a ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA mantidos pela Fundação.

2.2 Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, além da ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, da Fundação.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, conforme estabelece os itens 28 e 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa – PGA, para não apresentar valores em duplicidade no patrimônio da fundação:

Item	Conta Contábil	Nome da Conta	2014	2013
1	Plano de Benefícios 1.2.1.9.06	Valores a Receber do PGA	140	154
2	1.2.1.9.13	Reversão de Recursos do PGA	23.320	-
3	1.2.2.3.01	Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	6.638	25.259
4	2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(6.638)	(25.259)
5	Plano de Gestão Administrativa 2.1.2.9.01.02	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios	(140)	(154)
6	2.1.2.9.02.01	Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(23.320)	-

Registros contábeis no Plano de Benefícios:

(1) saldo de R\$ 140 referente a valor a receber do Plano de Gestão Administrativa – PGA, relativo as contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios

no início de 2015.

(2) valor de R\$ 23.320 referente a importância revertida do fundo administrativo do PGA para o Plano de Benefícios (Notas Explicativas 3.9 e 9) (contrapartida da conta 2.1.2.9.02.01).

(3) valor de R\$ 6.638 referente a participação no Plano de Gestão Administrativa, registrada no ativo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 2.3.2.2.02.01).

(4) valor de R\$ 6.638 referente a participação no Fundo Administrativo - PGA, registrada no passivo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 1.2.2.3.01).

Registros contábeis no Plano de Gestão Administrativa – PGA:

(5) saldo de R\$ 140 referente a conta a pagar para o Plano de Benefícios, relativo às contribuições dos empregados descontados em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2015. (contrapartida da conta 1.2.1.9.06).

(6) valor de R\$ 23.320 referente a importância revertida do fundo administrativo do PGA para o Plano de Benefícios (Notas Explicativas 3.9 e 9) (contrapartida da conta 1.2.1.9.13).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações introduzidas por meio da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC. Apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis:

3.1 Apuração de Resultados – Superávit Técnico/Déficit Técnico

Os resultados dos exercícios de 2014 e 2013 do Plano de Benefícios foram apurados pelo regime de competência. A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o Equilíbrio Técnico Ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de nov. 2014 (Notas Explicativas 4.3.7 e 8).

3.2 Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos.

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
 - Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.
- Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Investimentos imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2014, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber e direitos de alienações de imóveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

Operações com participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo Índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

Provisão para perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 Ativo Permanente

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

a) Imobilizado

Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição.

b) Intangível

Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos).

3.3.1 - O Ativo Permanente teve a seguinte evolução:

	2014	2013
Imobilizado	390	457
Saldo inicial	457	359
Adições no exercício	52	202
Deduções do período (*)	0	0
(-) Depreciações no exercício	(119)	(104)
Intangível	284	188
Saldo inicial	188	100
Adições no exercício	162	148
(-) Amortizações no exercício	(66)	(60)
Saldo do Ativo Permanente	674	645

3.3.2. A composição do Ativo Permanente é a seguinte:

	2014	2013
Imobilizado	390	457
Móveis e Utensílios	49	57
Custo de aquisição	208	207
(-) Depreciações acumuladas	(159)	(150)
Máquinas e Equipamentos	96	116
Custo de aquisição	246	246
(-) Depreciações acumuladas	(150)	(130)
Computadores e Periféricos	244	280
Custo de aquisição	774	721
(-) Depreciações acumuladas	(530)	(441)
Telefone	1	2
Custo de aquisição	4	4
(-) Depreciações acumuladas	(3)	(2)

2014 2013

Imobilização em andamento	0	2
Custo de aquisição	0	2
Intangível	284	188
Custo de aquisição	537	375
(-) Amortizações acumuladas	(253)	(187)
Saldo do Ativo Permanente	674	645

3.4 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 Exigível Contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados e líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda.

Em 2014, a Fundação aderiu ao REFIS, conforme aprovação de seu Conselho Deliberativo (Nota Explicativa 6).

3.6 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e o benefício especial temporário por morte, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e o auxílio funeral pelo método de repartição simples. A estrutura do cálculo atuarial considera crescimento salarial médio de 2,31% (2,25% em 2013) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (0,13% em 2013) e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,68% (5,50% em 2013) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

3.6.1 Métodos de Financiamentos e Hipóteses Atuariais utilizadas nas reavaliações atuariais

Na avaliação atuarial foram adotados os seguintes métodos de financiamento e hipóteses, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 20, de 08 de dezembro de 2014:

Item	Hipóteses Atuariais Utilizadas na Reavaliação	2014	2013
1	Taxa Real de Juros	5,68%	5,50%
2	Reajuste Salarial	8,08% (0,15% em mar/14 e 7,92% em nov/14)	7,32%
3	Crescimento Real de Salário	2,31%	2,25%
4	Fator de Capacidade de Salário	1,00	1,00
5	Fator de Capacidade de Benefício	0,9758	0,9758

6	Rotatividade	0,13%	0,13%
7	Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 desagravada em 20%	AT-2000 desagravada em 20%
8	Tábua de Mortalidade de Invalídos	AT-83 desagravada em 10%	AT-83 desagravada em 10%
9	Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
10	Composição Familiar	Família Média – HX (12) agravado em 22,04%	Família Média – HX (12) agravado em 22,26%

Definições:

- 1 - taxa de juros para cálculo de desconto atuarial;
- 2 - IPCA - indexador utilizado pelos patrocinadores (IPCA - IBGE + ganho real de 1,40%);
- 3 - percentual aplicado através de ajuste da curva logística, que expressa o crescimento salarial, ao longo da carreira;
- 4 - fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do salário entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
- 5 - fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do benefício entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
- 6 - percentual calculado atuarialmente com base nas entradas e saídas de pessoal, ocorridas nos patrocinadores;
- 7 - base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na expectativa de vida e morte do participante;
- 8 - base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de mortalidade de inválidos;
- 9 - base estatística, financeira e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de entrada em invalidez;
- 10 - cálculo de reversão de benefício em pensão por morte de participante ativo ou aposentado.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

(i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

(ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

Provisões Matemáticas a constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano e aplicada desde então.

O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

a. Cálculo original: Montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes àquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados das patrocinadoras;

b. Prazo de amortização: 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988, restando 159 parcelas para sua amortização total. Os prazos estabelecidos para amortização da provisão matemática a constituir não estão sujeitos aos prazos máximos estabelecidos nos itens 10 e 11 do Regulamento do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por ter sido aprovada antes de 05 de setembro de 2002, conforme exceção prevista no item 12, do Anexo à citada Resolução;

c. Valor das parcelas: Valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores Itaipu Binacional e Fibra. O patrocinador Itaipu contribuiu com R\$ 4.738 em 2014 (R\$ 4.456 em 2013) e o patrocinador Fibra com R\$ 99 em 2014 (90 em 2013);

d. Data de vencimento das parcelas: A data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é de até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação;

e. Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais: De acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro rata dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;

f. Taxa de Juros do recálculo atuarial anual: Para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor, utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que em 31 de dezembro de 2014 corresponde a 5,68% ao ano; e

g. Saldo Devedor: O saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o número de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção. Mensalmente é atualizado a partir do resultado obtido na avaliação do final do exercício, pelo método de recorrência, aplicando-se o percentual de 2,32% sobre a folha de pagamento corrigida, utilizando o indexador do Plano (IPCA) mais juros atuariais de 5,68% ao ano. Do saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 46.834, R\$ 45.790, refere-se ao patrocinador Itaipu e R\$ 1.044 é de responsabilidade do patrocinador Fibra.

3.7 Fundos

- **Plano de Gestão administrativa - PGA**

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos

de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador Itaipu Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras, entre esse limite e o valor efetivamente realizado, são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro (Notas Explicativas 3.9 e 9).

• Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 Recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas, conforme estabelece as normas da PREVIC.

3.9 Custeio Administrativo - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

O Conselho Deliberativo, em face da delegação do patrocinador Itaipu Binacional, por meio da RDE 003/2015, de 29 de janeiro de 2015, emitiu a RCD 001/2015, de 06 de fevereiro de 2015, aprovando a modificação no Regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa da Fibra, para aplicação no encerramento do exercício de 2014, incluindo critérios para a formação e reversão do saldo do Fundo Administrativo.

De acordo com o Regulamento do PGA, os recursos do Fundo Administrativo serão utilizados exclusivamente para fins de custeio de Despesas Administrativas e para reversão ao Plano Previdencial, observados os limites estabelecidos no Regulamento. A adoção dessa nova prática é decorrente do apontamento pelos Órgãos de Governança da Fibra, quer sejam Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal, sobre a necessidade de estabelecimento de um critério de formação e reversão do fundo administrativo, em linha com as boas práticas de governança previstas nas normas brasileiras aplicáveis aos fundos de pensão. Com base nos critérios aprovados, o saldo do fundo administrativo será revisto a cada 3 anos, e destinado caso supere 50% das despesas administrativas do exercício.

O Regulamento do PGA determina também, que a Fundação deverá estabelecer indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para cada exercício, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo. Para o exercício de 2014, os referidos indicadores e suas metas foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 19/2013, de 16 de dezembro de 2013, e são:

a) **Taxa de Administração Hipotética** - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais} / \text{Recursos Garantidores}) \times 100]$. Seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra. A meta para 2014 para este indicador era ficar abaixo de 0,6% e foi realizado 0,44% (0,45% em 2013);

b) **Taxa de Carregamento Hipotética** - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais} / (\text{Contribuições} + \text{Benefícios})) \times 100]$. Seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios). A meta para 2014 era ficar abaixo de 7% e foi realizado 4,76% (5,18% em 2013);

c) **Controle do Orçamento Administrativo** - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas, objetivando verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo. A meta para 2014 era de assertividade superior a 90% e foi realizado 92,25% (96,53% em 2013); e

d) **Cumprimento das Metas da PR 2014** - acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas no Programa de Participação nos Resultados, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da Fibra. A meta para 2014 era superar 90% de assertividade e foi realizado 96,49% (98,36% em 2013).

4. REALIZÁVEL

4.1 Gestão Previdencial

	2014	2013
Contribuições a receber	5.695	5.374
Contribuições normais e de autopatrocinadores	4.935	4.656
Patrocinador Itaipu Binacional	4.911	4.642
Autopatrocinadores e Participantes	24	14
Contribuições extraordinárias - patrocinador Itaipu Binacional	760	718
Contribuições contratadas - patrocinador Itaipu Binacional	84.883	83.299
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (Nota Explicativa 10)	84.883	83.299
Depósitos Judiciais/Recursais	1.588	1.416
Depósitos Judiciais/Recursais	1.588	1.416
Outros realizáveis	1.823	1.823
Valores a receber do patrocinador Itaipu - Art. 79 do Regulamento (Nota Explicativa 6.2)	1.823	1.823
	93.989	91.912

As contribuições a Receber de R\$ 140 (R\$ 154 em 2013), relativas às contribuições do patrocinador Fibra e de seus empregados do mês de dezembro e 13º salário de 2014, não foram demonstradas no quadro acima, pois estas são registradas no Plano de Benefícios na conta 1.2.1.9.06 - valores a receber do PGA e serão repassadas pelo PGA para o Plano de Benefícios, até o dia 09 de janeiro de 2015 e não estão discriminadas no quadro acima, pois foram eliminadas para fins de consolidação do Balanço Patrimonial, conforme normas da PREVIC.

A reversão de parte do Fundo Administrativo, no valor de R\$ 23.320 do PGA para o Plano de Benefícios foi contabilizada em Outros Realizáveis da Gestão Previdencial, tendo como contrapartida Outras Exigibilidades do PGA e não está discriminada no quadro acima, pois foi eliminada para fins de consolidação do Balanço consolidado, conforme normas da PREVIC.

O detalhamento da reversão de parte do Fundo Administrativo do PGA para a Gestão Previdencial consta nas Notas Explicativas 3.9 e 9. Enquanto que o detalhamento das contas que foram eliminadas para fins de Consolidação das Demonstrações Contábeis consta na Nota Explicativa 2.2.

4.2 Gestão Administrativa

	2014	2013
Contas a Receber	1.165	1.035
Sobrecarga Administrativa - patrocinador Itaipu Binacional	1.165	1.035
Adiantamentos	17	1
Despesas Antecipadas	17	1
Depósitos Judiciais/Recursais	4.815	3.690
Depósitos Judiciais - PIS	673	516
Depósitos Judiciais - COFINS	4.142	3.174
	5.997	4.726

4.3 Investimentos

4.3.1 Composição analítica da carteira de investimentos do Plano de Benefícios - BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tipos de Investimentos	2014		2013	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil
Títulos Públicos	1.419.014	1.799.767	1.192.184	1.497.576
Títulos para Negociação	177.396	238.729	291.265	361.298
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - Plano BD	177.396	238.729	285.716	353.951
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - Plano PGA	-	-	5.549	7.347
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.241.618	1.561.037	900.919	1.136.278
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - Plano BD	1.241.618	1.561.037	898.609	1.133.396
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e F - Plano PGA	-	-	2.310	2.882
Créditos Privados e Depósitos Instituições Financeiras	10.157	12.513	10.152	11.746
Títulos para Negociação	53	54	48	49
CDB - Certificado de Depósito Bancário - Plano BD	53	54	48	49
Títulos Mantidos até o Vencimento	10.104	12.458	10.104	11.697
Debentures Não Conversíveis - Plano BD	10.104	12.458	10.104	11.697
Depósitos Prazo com Garantia Especial - Plano BD	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	612.163	648.493	714.814	808.799
Fundo de Renda Fixa	124.538	128.476	256.622	271.929
BRZ Crédito Privado FIM - Plano BD	5.878	7.463	5.878	7.223
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - Plano BD	63.237	63.830	129.222	132.143
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI - PGA	18.369	18.455	12.652	13.244
FIC FIDC Caixa UBS Pactual II - Plano BD	-	-	1.699	2.486
Votaramim FI Institucional RF - Plano BD	24.702	24.957	56.094	57.456
Votaramim FI Institucional RF - PGA	10.379	10.764	1.055	1.088
FIDC CEDAE - Plano BD	1.973	3.007	2.860	3.768
UBS Pactual Emissões Primárias - Plano BD	-	-	6.169	10.401
BRZ Multi Recebíveis - Plano BD	-	-	8.993	12.742
Sul América Inflation FI RF - Plano BD	-	-	32.000	31.648
Fundos Exclusivos - Plano BD	27	27	117.204	161.890
FIA Merlot	-	-	70.728	80.521
BRAM FIB FIA	27	27	46.476	81.369
Fundos Mútuos - Plano BD	378.272	390.782	256.690	280.913
Ishares BRAX 11	10.979	10.582	6.479	6.641
Bradesco FIA Dividendos	19.000	28.898	19.000	30.242
Bradesco FIA Inst. IBX Ativo	-	-	28.570	27.833
M Square Inst FIC FIA	10.000	11.266	10.000	10.625
Western Asset Div Yield FIA	-	-	10.000	8.781
Quest Small Caps FIC FIA	17.000	16.321	10.500	10.557
Ishares BOVA 11	85.992	78.528	-	0
Ishares PIBB 11	65.782	66.434	65.959	67.998
Ishares SMAL 11	-	-	5.167	4.889
Itau ACE Dividendos	10.000	7.792	-	0
Franklin Temp IBX FI	-	-	7.000	7.223
GAP Ações Inst FIA	10.000	10.585	10.000	10.706
Guepardo Ações FIA	15.000	15.964	15.000	17.554
Perfin Institucional	10.000	10.073	-	-
JGP Inst FIA	30.000	32.825	20.000	22.471
BTG Pact Div FIA	20.000	21.844	10.000	10.379
BTG Pactual Absoluto Institucional	20.000	23.202	-	-
Sulamérica Expertise FIA	19.000	20.312	19.000	24.179
Vinci Gas Valor Smal FIC FIA	20.000	18.726	20.000	20.820

Tipos de Investimentos	2014		2013	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil
Vinci Gas Dividendos FIA	15.515	17.426	-	-
Valores a receber	4	4	15	15
Fundos de Investimentos em Participações - Plano BD	87.326	103.309	84.298	94.067
Brascan de Petróleo e Gás	1.787	1.782	1.787	1.797
Capital Mezanino	4.595	14.014	4.595	10.420
Empreendedor Brasil FMIE	3.349	4.144	7.935	5.980
Logística Brasil FIP	15.991	17.961	15.991	18.217
Terra Viva	4.737	4.588	4.670	4.594
Rio Bravo Energia I	30.000	29.494	30.062	30.146
Neo Capital Mezanino II	5.763	6.967	5.584	6.482
Pátria Real Estate II	5.370	7.671	5.130	7.110
Pátria Special Opp I	7.913	9.490	5.365	6.216
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	1.393	1.147	-	-
DLM Brasil TI FIP	6.428	6.051	3.179	3.105
Fundos de Investimento no Exterior - Plano BD	22.000	25.899	-	-
BB Multimercado BlackRock IE FI	11.000	12.972	-	-
BB Multimercado JPM IE FI	11.000	12.927	-	-
Investimentos imobiliários - Plano BD	11.701	86.684	11.701	67.430
Alugueis e Renda	11.701	86.684	11.701	67.430
Empréstimos e Financiamentos - Plano BD	-	67.440	-	58.675
Empréstimos	-	67.440	-	58.675
Depósitos Judiciais de Investimentos - Plano BD	52.017	118.722	52.017	111.832
Total dos investimentos	2.105.052	2.733.618	1.980.806	2.556.058

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa das carteiras do Plano BD e do PGA possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento			Total Carteira
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma	
Até 60 dias	88.796	29.219	118.015	-	-	-	118.015
De 61 a 180 dias	55	-	55	-	-	-	55
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360 dias	238.729	-	238.729	1.583.965	-	1.583.965	1.822.694
Soma	327.580	29.219	356.799	1.583.965	-	1.583.965	1.940.764

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

4.3.2. Letras Financeiras do Tesouro - AL

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas – LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que, foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido à inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com o Estado de Alagoas. A União firmou também contrato com os credores, com a interveniência do Estado de Alagoas, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais.

Esta troca foi realizada nos termos e condições do acordo entre os Credores e o Estado de Alagoas, mediante a concessão de deságio em favor do Estado de Alagoas, conforme aprovado pelo Conselho de Curadores da Fibra, por meio das Resoluções nº 005, de 22 de março de 2002, e nº 013, de 16 de setembro de 2002, com a manifestação favorável da diretoria jurídica de Itaipu.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A discussão judicial quanto à validade dos títulos transcorreu no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro e no âmbito da Justiça Estadual de Alagoas. Em decisão de 25 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça de Alagoas, se manifestou pela incompetência, pugnando por remeter o processo à Justiça Federal.

Foi instaurado conflito de competência, com o processo retornando à Justiça Estadual, onde aguarda julgamento de mérito, estando em vias de ser julgado proximamente.

4.3.3. Provisões CDBs de Emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20 de setembro de 2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra falências, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra, recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010, que corresponde a 10% do valor da habilitação, e R\$ 3.161, em dezembro de 2010, correspondente a 20%, do valor da habilitação, deduzida da parcela já recebida em julho. Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo.

Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

Em janeiro de 2013, a Fundação recebeu o valor de R\$ 1.134, referente ao terceiro rateio para os credores, perfazendo o total de 30% já recebido sobre a habilitação da massa falida.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas, caso se revele conveniente. A Fibra também está monitorando iniciativas de alguns credores que manifestaram, no passado, interesse em criar um fundo de credores para acelerar o processo de recebimento do restante dos créditos, mas não possui, ainda, posição firmada a respeito do tema.

4.3.4. Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em dezembro de 2014, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes "Decatur Engenharia e Avaliações Ltda." O método de avaliação utilizado foi o "Método comparativo de dados de mercado", conforme descrito no item 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1:2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da realização dos imóveis foi positivo em R\$ 20.824.

Os ativos reavaliados passaram a partir de dezembro de 2014, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos ou 2,50% ao ano.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2014, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor contábil líquido antes da reavaliação	Valor da reavaliação em dez/2014	Valor do resultado da reavaliação	Depreciação acumulada	Aluguéis a receber	Saldo em 31/12/14
Edificações de uso próprio	3.764	5.329	1.565	(9)	-	5.320
Edificações locadas à patrocinadora	29.899	42.293	12.394	(70)	160	42.383
Edificações locadas a terceiros	32.034	38.899	6.865	(67)	149	38.981
Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Soma	65.697	86.521	20.824	(146)	309	86.684

4.3.5. Auditoria de Gestão dos Investimentos

Em conexão com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade.

4.3.6. Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

A composição consolidada da carteira de investimentos do Plano de Benefícios – BD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão a seguir demonstrados:

Composição Consolidada da Carteira de Investimentos do Plano de Benefício - BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA

	2014			2013		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
Títulos Públicos	1.799.767		1.799.767	1.487.347	10.229	1.497.576
Títulos Públicos Federais	1.799.767		1.799.767	1.487.347	10.229	1.497.576
Créditos Privados e Depósitos	12.513		12.513	11.746		11.746
Instituições Privadas	12.513		12.513	11.746		11.746
Fundos de Investimentos	619.274	29.219	648.493	794.468	14.331	808.799
Fundos de Renda Fixa	99.257	29.219	128.476	257.598	14.331	271.929
Fundos Exclusivos	27		27	161.890		161.890
Fundos Mútuos	390.782		390.782	280.913		280.913
Fundos de Investimentos em Participações-FIPs	103.309		103.309	94.067		94.067
Fundos de Investimento no Exterior	25.899		25.899	0		0
Investimentos imobiliários	86.684		86.684	67.430		67.430
Alugueis e Renda	86.684		86.684	67.330		67.330
Direitos em Aliações de Imóveis				100		100
Empréstimos e Financiamentos	67.440		67.440	58.675		58.675
Empréstimos	67.440		67.440	58.675		58.675
Depósitos Judiciais/Recursais	118.722		118.722	111.832		111.832
Depósitos Judiciais – IR – Anistia – MP nº 2.222/01	98.471		98.471	92.478		92.478
Depósitos Judiciais – IR – RET – MP nº 2.222/01	20.251		20.251	19.354		19.354
Total dos investimentos	2.704.399	29.219	2.733.618	2.531.498	24.560	2.556.058

4.3.7. Ajuste na Precificação dos Ativos e Taxa de Juros Atuarial:

A Resolução CNPC nº16, de 19 de novembro de 2014, estabeleceu as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Além de estabelecer que os títulos públicos federais devam ter ajuste na sua precificação, para fins de equacionamento de Déficit Técnico e para utilização ou destinação de Superávit Técnico.

Conforme Art. 11-A, §1º, esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,68% e o valor contábil desses títulos.

A taxa de juros de 5,68% foi calculada conforme metodologia constante da Resolução CNPC nº 15, de 19 novembro de 2014 e Portaria nº 615, de 24 novembro de 2014, resultando num valor de “duração” do passivo igual a 14,20 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 5,68% ao ano. A adequação e a aderência da taxa de juros constam do Estudo Técnico da Consultoria Mercer, que resultou em uma taxa de 6,10%, superior, portanto ao teto correspondente ao “duration” de 14,20 anos, e embasou a adoção da taxa de juros de 5,68%, a ser utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro/2014.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2014 resultou em um valor positivo de R\$ 124.590, conforme demonstrativo a seguir:

Carteira de Títulos públicos - ajuste de precificação - Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014

Descrição	Taxa Aquisição	Taxa Atuarial	Vencimento	Quantidade	Valor aplicado	Valor contábil	Valor pela taxa atuarial	Ajuste de precificação
NTN-B	6.541668	5.68	15/5/17	20.000,00	32.264	49.978	50.883	905
NTN-B	7.568678	5.68	15/5/17	2.991,00	4.536	7.317	7.610	292
NTN-B	7.453457	5.68	15/5/17	10.000,00	15.225	24.523	25.442	919
NTN-B	6.309531	5.68	15/8/18	5.000,00	12.006	12.701	12.946	245
NTN-B	5.905108	5.68	15/5/19	10.000,00	25.534	25.378	25.587	209
NTN-B	6.147224	5.68	15/8/22	10.000,00	23.527	25.442	26.134	692
NTN-B	6.58106	5.68	15/8/22	10.000,00	22.991	24.821	26.134	1.313
NTN-B	5.689008	5.68	15/5/23	10.000,00	25.509	25.799	25.814	15
NTN-B	5.689008	5.68	15/5/23	3.000,00	7.653	7.740	7.744	4
NTN-B	8.501315	5.68	15/8/24	12.412,00	17.683	26.958	32.565	5.607

Descrição	Taxa Aquisição	Taxa Atuarial	Vencimento	Quantidade	Valor aplicado	Valor contábil	Valor pela taxa atuarial	Ajuste de precificação
NTN-B	6.797038	5.68	15/8/24	20.000,00	33.852	48.619	52.473	3.854
NTN-B	6.797038	5.68	15/8/24	10.000,00	16.926	24.310	26.237	1.927
NTN-B	6.250009	5.68	15/8/24	10.000,00	25.136	25.229	26.237	1.008
NTN-B	6.030006	5.68	15/8/30	10.000,00	19.941	25.606	26.483	877
NTN-B	6.151631	5.68	15/8/30	10.000,00	19.928	25.311	26.483	1.172
NTN-B	6.173253	5.68	15/8/30	10.138,00	20.167	25.607	26.848	1.241
NTN-B	6.173762	5.68	15/8/30	1,00	2	3	3	0
NTN-B	5.998539	5.68	15/8/30	8.100,00	19.143	20.803	21.451	648
NTN-B	6.308202	5.68	15/8/30	10.000,00	23.050	24.938	26.483	1.545
NTN-B	6.760449	5.68	15/8/30	5.000,00	11.060	11.951	13.241	1.290
NTN-B	6.770677	5.68	15/8/30	10.000,00	22.112	23.880	26.483	2.603
NTN-B	6.300008	5.68	15/8/30	10.000,00	24.849	24.957	26.483	1.526
NTN-B	6.950112	5.68	15/5/35	20.917,00	32.510	47.698	54.927	7.229
NTN-B	7.750532	5.68	15/5/35	10.000,00	14.560	20.961	26.259	5.299
NTN-B	7.610010	5.68	15/5/35	10.000,00	14.816	21.268	26.259	4.992
NTN-B	7.030892	5.68	15/5/35	11.131,00	18.324	25.163	29.229	4.066
NTN-B	6.451877	5.68	15/5/35	10.575,00	18.450	25.459	27.769	2.310
NTN-B	6.451877	5.68	15/5/35	21.170,00	36.934	50.966	55.591	4.625
NTN-B	6.619155	5.68	15/5/35	10.794,00	19.058	25.513	28.344	2.831
NTN-B	6.619155	5.68	15/5/35	6.396,00	11.293	15.118	16.796	1.678
NTN-B	6.631212	5.68	15/5/35	10.000,00	17.699	23.605	26.259	2.654
NTN-B	6.100008	5.68	15/8/40	10.142,00	19.315	25.731	27.121	1.389
NTN-B	6.290380	5.68	15/8/40	10.351,00	19.581	25.656	27.679	2.024
NTN-B	5.499868	5.68	15/8/40	10.000,00	22.954	27.363	26.741	-623
NTN-B	5.499836	5.68	15/8/40	10.000,00	22.964	27.364	26.741	-623
NTN-B	5.500003	5.68	15/8/40	7.850,00	19.628	21.480	20.992	-488
NTN-B	5.500003	5.68	15/8/40	2.150,00	5.376	5.883	5.749	-134
NTN-B	6.726752	5.68	15/8/40	10.000,00	22.258	23.521	26.741	3.220
NTN-B	6.108956	5.68	15/8/40	10.000,00	24.556	25.343	26.741	1.398
NTN-B	6.230005	5.68	15/8/40	10.000,00	24.505	24.969	26.741	1.772
NTN-B	6.200009	5.68	15/8/40	10.000,00	24.880	25.061	26.741	1.680
NTN-B	6.211005	5.68	15/8/40	10.000,00	24.846	25.027	26.741	1.714
NTN-B	6.510004	5.68	15/8/40	10.000,00	24.001	24.136	26.741	2.605
NTN-B	7.647466	5.68	15/5/45	10.000,00	12.985	20.570	26.461	5.891
NTN-B	6.80960	5.68	15/5/45	10.000,00	15.636	22.787	26.461	3.674
NTN-B	6.800102	5.68	15/5/45	10.377,00	16.256	23.674	27.458	3.784
NTN-B	7.450002	5.68	15/5/45	10.000,00	14.829	21.059	26.461	5.402
NTN-B	7.540004	5.68	15/5/45	10.000,00	14.664	20.834	26.461	5.627
NTN-B	7.050545	5.68	15/5/45	11.309,00	18.324	25.004	29.925	4.920
NTN-B	7.000010	5.68	15/5/45	10.000,00	15.928	22.249	26.461	4.212
NTN-B	6.420689	5.68	15/5/45	10.625,00	18.493	25.451	28.115	2.664
NTN-B	5.650006	5.68	15/5/45	10.000,00	24.603	26.571	26.461	-110
NTN-B	6.100006	5.68	15/8/50	10.151,00	19.314	25.723	27.301	1.578
NTN-B	6.260348	5.68	15/8/50	10.339,00	19.581	25.627	27.807	2.180
NTN-B	4.609011	5.68	15/8/50	10.000,00	28.426	31.657	26.895	-4.762
NTN-B	4.500004	5.68	15/8/50	10.000,00	29.320	32.217	26.895	-5.322
NTN-B	5.039653	5.68	15/8/50	10.000,00	26.987	29.590	26.895	-2.695
NTN-B	5.699698	5.68	15/8/50	10.000,00	24.144	26.819	26.895	76
NTN-B	7.096000	5.68	15/8/50	10.000,00	21.113	22.208	26.895	4.687
NTN-C	8.349997	5.68	1/4/21	10.000,00	14.974	27.560	31.362	3.802
NTN-C	8.349996	5.68	1/4/21	10.000,00	14.666	27.560	31.362	3.802
NTN-C	8.349999	5.68	1/4/21	10.000,00	14.888	27.560	31.362	3.802
NTN-C	8.399993	5.68	1/4/21	10.000,00	14.889	27.495	31.362	3.867
Sub-total					1.241.618	1.561.368	1.685.957	124.590
Provisão IOF							-331	
Valor contábil					1.241.618	1.561.037	1.685.626	124.590

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2014	2013
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar – Provisões	989	787
Recursos antecipados	25	53
Retenções a recolher	3.722	3.187
Total Gestão Previdencial	4.736	4.027
Gestão Administrativa		
Contas a pagar	804	733
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	109	88
Tributos a recolher	70	-
Outras exigibilidades	-	13
Total Gestão Administrativa	983	834
Investimentos		
Fundos de investimentos – Renda Fixa	345	-
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	3.617	3.261
Total de investimentos	3.962	3.261

O valor de honorários advocatícios de R\$ 3.617 (R\$ 3.261 em 2013), provisionado no balanço de 2014 em “Outras Exigibilidades” dos Investimentos, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução nº 53/02 do Senado Federal, referentes às LFT-AL.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1 Exigível Contingencial - Investimentos Imposto de Renda – IRRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a consequente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais. O juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a Fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso, a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos. Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece

que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, acolhendo em parte os Embargos de Declaração opostos pela Fibra, mas não suprimindo, totalmente, a omissão sobre a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29 de junho de 2012, foi proferida decisão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Fibra. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, a qual aguarda julgamento.

Com a publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o prazo para adesão ao REFIS de tributos federais, o Conselho Deliberativo, após análise do parecer jurídico da consultoria tributária responsável pelo processo e nos cálculos realizados pela Fibra, decidiu:

- i) pela continuidade da estratégia jurídica em curso;
- ii) pela não adesão ao REFIS; e
- iii) pela não desistência da ação.

Em 23 de abril de 2014 a Fibra foi comunicada da decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que negou provimento ao Recurso Especial, e informando da insuficiência dos valores depositados judicialmente para cobrir todos os lançamentos do Auto de Infração complementar emitido pela Receita Federal, pelo fato de terem sido incluídos os juros neste auto de infração.

Com a decisão desfavorável a Fibra, por meio do escritório de advocacia responsável, protocolou Embargos de Declaração, alegando contradição e erro material na decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os embargos foram rejeitados, e em 08 de agosto de 2014, tendo a Fibra recebido a Intimação nº 727/2014 da Receita Federal do Brasil para em 30 dias recolher o valor adicional, ou apresentar medidas que suspendessem a cobrança. Não cabiam mais recursos administrativos à decisão, a Fibra deveria, no prazo de 30 dias, pagar ou depositar judicialmente R\$ 43 milhões, em adição ao depósito judicial dos valores feitos em 2002. Na intimação, o Fisco concluiu que os valores depositados teriam sido suficientes para cobrir somente os fatos geradores até junho/2000, ficando os fatos posteriores em aberto, sujeitos aos juros e à multa de mora, constante na Intimação.

Como a estratégia jurídica em curso no ano de 2002 estava limitada aos valores já depositados judicialmente àquela época, as perspectivas jurídicas eram otimistas, em face da inexistência de jurisprudência. Ao longo dos últimos anos, o governo federal vinha oferecendo incentivos para quitação de tributos, com efeitos similares ao da adesão à anistia, por meio de adesão ao REFIS.

A adesão ao REFIS não vinha sendo considerada atrativa, em função da avaliação jurídica e financeira dos riscos financeiros envolvidos e das chances de sucesso nos âmbitos administrativo e judicial, porém o risco jurídico se elevou ao longo dos últimos anos, em função das sucessivas decisões desfavoráveis nos âmbitos administrativo e judicial e o risco financeiro

também se elevou, ultrapassando o valor depositado em 2002, especialmente em função da recente exigência de depósito adicional constante na Intimação da Receita Federal de 08 de agosto de 2014, no valor de R\$ 43 milhões.

Diante disso, o Conselho Deliberativo aprovou a adesão ao REFIS, por meio da RCD 010, de 18 de agosto de 2014, cujos efeitos e posição atual dos débitos, estão a seguir demonstrados:

	2014	2013
Provisões Acumuladas atualizadas		
IRRF Anistia	82.873	127.482
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuada	46.095	42.549
Provisões complementares	48.204	40.196
Pagamento REFIS à vista	(28.730)	-
Ganho com o REFIS (reversão da provisão)	(28.736)	-
Atualização da provisão após REFIS	1.303	-
IRRF RET	20.251	19.354
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	11.634	10.737
Subtotal das provisões acumuladas atualizadas	103.124	146.836
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(118.722)	(111.832)
Provisões Líquidas para IRRF	(15.598)	35.004

6.2 Exigível Contingencial – Gestão Previdencial

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou contra o Patrocinador Itaipu Binacional não impacta no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzidos os valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Visando estabelecer procedimento para análise das demandas judiciais de assistidos com possível impacto atuarial e consequentemente apurar os valores passíveis de provisionamento contábil na Fundação e no Patrocinador Itaipu, foi expedida pelo Diretor Jurídico da Itaipu a Determinação DET/JUD/004/12, de 07 de agosto de 2012.

O resultado dos trabalhos conjuntos entre o Patrocinador Itaipu e a Fundação, no ano de 2012, resultaram no recebimento pela Fundação de R\$ 4.672, relativos ao aporte para cobertura do impacto financeiro e atuarial, provocado por ações judiciais movidas por assistidos, que conforme o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios são de responsabilidade da Patrocinadora Itaipu, sendo que R\$ 3.272, foi contabilizado em outras adições da gestão previdencial; R\$ 839, relativo à substituição da penhora de imóvel por depósito judicial trabalhista; e R\$ 561, para efetuar depósito judicial.

Os estudos foram aprofundados em 2013 e resultaram no provisionado de R\$ 1.822, cujo valor foi registrado no Exigível Contingencial da Fundação (aumento do compromisso com os assistidos) e também em seu Ativo Realizável Previdencial (direito assegurado, pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios). Para o Patrocinador Itaipu os reflexos contábeis resultaram no registro contábil, do mesmo valor, em seu Passivo.

Durante o exercício de 2014, as provisões foram atualizadas e foram incluídos os novos depósitos judiciais/recursais.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais/recursais efetuados, relativos às provisões da gestão contingencial, estão a seguir demonstrados:

Descrição	2014	2013
Exigível Contingencial – Gestão Previdencial		
1) Passivo Provisões	6.192	5.294
Ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento	1.040	629
Ações judiciais com cobertura de Depósitos e Bloqueio Judicial/Recursal	1.587	1.416
Ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – Itaipu	1.824	1.822
Verbas para ajustes futuros de ações judiciais	1.741	1.427
2) Ativo – Depósitos Judiciais/Recursais e Ativo de Contrapartida	3.411	3.238
Bloqueio e Depósitos Judiciais/Recursais	1.587	1.416
Créditos de ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – Itaipu	1.824	1.822
Provisões Líquidas da Gestão Previdencial	2.781	2.056

6.3 Exigível contingencial – Gestão Administrativa

6.3.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

O Supremo Tribunal Federal – STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia. Com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários não se enquadrar no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

6.3.2 Composição das Provisões e Depósitos Judiciais do PGA

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS e para o processo judicial de ex-empregada da Fundação, estão a seguir demonstrados:

Provisões acumuladas	VALORES ATUALIZADOS	
	2014	2013
COFINS	4.142	3.173
PIS	673	516
Subtotal das provisões acumuladas	4.815	3.689
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(4.815)	(3.689)
Provisões Líquidas do Exigível Contingencial do PGA	0	0

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2014, e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

	2014	2013
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	1.963.628	1.729.373
Benefícios definidos	1.963.628	1.729.373
Benefícios a Conceder	905.389	932.770
Benefícios definidos	905.389	932.770
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	46.834	47.868
Reservas a amortizar	46.834	47.868
Total de Provisões Matemáticas	2.822.183	2.614.275

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

	2014	2013
No início do exercício	2.614.275	2.332.953
Constituição no exercício	207.908	281.322
Saldo no final do exercício	2.822.183	2.614.275

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 122.437, sendo que em 31 de dezembro de 2013, a posição deficitária era de R\$ 153.376.

A evolução do resultado técnico acumulado do exercício de 2013 para o exercício de 2014 está a seguir demonstrada:

Item	Descrição	Valor
1	Resultado Técnico acumulado em 31/12/2013 (Déficit Técnico)	(153.376)
2	Atualização do Déficit Técnico registrado em 31/12/2013 para 31/12/2014 pela meta atuarial de rentabilidade	(19.051)
3	Redução nas provisões Matemáticas - mudança de taxa real de juros de 5,50% para 5,68% (Res. CNPC 15/14)	77.527
4	Redução da provisão decorrente do aumento das alíquotas de contribuição dos participantes não assistidos	7.649
5	Aumento nas Provisões Matemáticas decorrentes alteração Hipóteses de projeção de crescimento Real Médio de Salário de 2,25% para 2,31% ao ano.	(8.539)
6	Aumento nas Provisões Matemáticas decorrentes alteração da Rotatividade	(362)
7	Aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão do aumento de 1,4% dos Benefícios de prestação continuada em 2014 ter sido acima do Indexador Atuarial do Plano	(27.531)
8	Aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder em razão do impacto, no SRB referente ao Aumento acima do Indexador Atuarial do Plano (aumento de 1,4%)	(17.933)
9	Impacto dos aumentos/reduções apresentados descritos nos itens anteriores	(141.616)
10	Diferença entre a Rentabilidade obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade de 2014	(27.587)
11	Ganho incluído no Patrimônio de Cobertura do Plano, relativo a adesão ao REFIS em agosto (valor atualizado para 31/12/2014)	29.420
12	Reversão, ao final de 2014, de parte do Fundo Administrativo para o Plano de Benefícios (Nota Explicativa 9)	23.320
13	Outros (ganhos)/perdas líquidas pulverizadas e de origem diversas não incluídos nos itens anteriores	(5.974)
14	Déficit Técnico acumulado em 31/12/2014	(122.437)
15	Ajuste de precificação - Resolução CNPC 16/2014 (Nota Explicativa 4.3.7)	124.590
16	Equilíbrio Técnico ajustado (14+15) - demonstrativo na DAL (Resolução CNPC 16/2014)	2.153

9. FUNDOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo foi constituído por meio da RDE nº 243/1997, de 12 de dezembro de 1997 da Itaipu Binacional, e, ao longo dos 17 anos de sua criação a Fibra vem gerindo com eficácia seus gastos, sendo possível manter o total de Despesas Administrativas dentro dos limites das Receitas Administrativas.

Com base em estudos técnicos de projeções de receitas e despesas administrativas, identificou-se que, mantido o saldo do fundo administrativo, seu valor poderia ultrapassar R\$ 45 milhões no período de 10 anos, e que, ainda que seja necessário o fundo para cobrir déficits futuros de receitas administrativas, o valor poderia ser inferior ao saldo atual.

Com base nesta constatação, o tema foi submetido ao Conselho Deliberativo, que, por delegação da patrocinadora Itaipu Binacional, aprovou a alteração no Regulamento do PGA e estabeleceu critérios objetivos e quantitativos relativos ao saldo do fundo administrativo.

A aplicação destes critérios resultou na reversão de R\$ 23.320 do Fundo Administrativo ao Plano Previdencial, permanecendo o saldo de R\$ 6.638.

A constituição do Fundo Administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2014	2013
Fundo administrativo permanente	674	645
Saldo inicial	645	460
Constituição/Reversão	29	185
Fundo administrativo financeiro	5.964	24.614
Saldo anterior	24.614	22.330
Custeio administrativo do exercício	13.185	11.905
Despesas administrativas do exercício	(11.928)	(11.442)
Remuneração do fundo	3.442	2.006
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(29)	(185)
Reversão de parte do Fundo para o Plano de Benefícios	(23.320)	-
Saldo dos fundos da gestão administrativa	6.638	25.259

10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR - ITAIPU - RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO - PLANO BD

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador Itaipu Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº 744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador Itaipu, relativa ao Plano de Benefícios, foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por Itaipu em 230 parcelas, sendo que em 2014 foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste em 2014 foi de R\$ 3.836 (R\$ 4.024 em 2013). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 98 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2014 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador - Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	83.299
(-) 12 parcelas recebidas em 2014	(12.186)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2014	9.934
(+) Valor do ajuste atuarial de 2014	3.836
Saldo em 31/12/14	84.883

SILVIO RENATO RANGEL SILVEIRA
Diretor Superintendente
CPF - 514.772.629-20

DENYSE GUBERT ROCHA
Diretora de Administração e Processos
CPF - 510.083.789-68

FLORICIO MEDEIROS DA COSTA
Diretor de Seguridade
CPF - 425.879.210-15

EDMILSON RICARDO
Contador - CRC PR 033.375/0-8
CPF - 566.559.329-04

PARECER ATUARIAL

1 CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR:

1.1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo total de 28,33% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	2014		2013	
	Custo Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista	Custo Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista
Aposentadorias	21,76%	21,95%	22,01%	21,26%
Invalidez	0,87%	0,88%	1,05%	1,02%
Pensão por Morte	2,47%	2,50%	2,62%	2,53%
Auxílio-Doença	-	-	-	-
Pecúlio por Morte	-	-	-	-
Resgates	0,06%	0,06%	0,07%	0,07%
Outros Benefícios (Auxílio Reclusão e Funeral)	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%
Outros Benefícios (Benef. Esp. Temporário p/Morte)	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%
Sub-Total (1)	25,25%	25,48%	25,84%	24,97%
Suplementar	2,32%	2,32%	2,32%	2,32%
Jóias	0,53%	0,53%	0,41%	0,41% ^{*2}
Sub-Total (2)	2,85%	2,85%	2,73%	2,73%
Total (1)+(2)	28,10	28,33%	28,57%	27,70%
Custo Administrativo		"		"

*1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistedos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

*2 Esse custo não foi incluído no SUB-TOTAL (1).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos participantes ativos é de 41,19 anos, desconsiderando-se os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2014 foi de 42,51 anos.

1.2) O custo total reavaliado de 28,33% será custeado, no exercício de 2015, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Referência	Em %	
	Ano Atual	Ano Anterior
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	11,01% ^{*1}	10,38% ^{*1}
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00% ^{*2}	15,00% ^{*2}
Sub-total	26,01%	25,38%
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	28,33%	27,70%
Contribuições Normais dos Participantes Assistedos:		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

*1 Inclui a contribuição Normal mais Joia Atuarial: 10,48% + 0,53% = 11,01%, sendo 0,53% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.

*2 Não está incluída a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistedos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

A Contribuição Normal Pura vigente de 26,01% da folha do Salário Real de Contribuição (não inclui sobrecarga administrativa) é superior ao Custo Normal Puro de 25,25%, (não inclui sobrecarga administrativa) atuarialmente reavaliado, sem aplicação do ajuste no custo de 0,23% + jóia de 0,53%, que corresponde à diferença entre os esses dois custos. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, é superior ao Custo Normal, atuarialmente reavaliado, de 25,25%, antes do mesmo ser ajustado aos 26,01% correspondentes à Contribuição Normal Pura vigente em 31/12/2014.

2 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR:

2.1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) ao final do ano de 2013 e ao final do ano 2014, são as seguintes:

Valores em R\$ 1.000

Referência	31/12/2014	31/12/2013	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	1.963.628	1.729.374	13,55%
Provisão de Benefícios a Conceder	905.389	932.770	-2,94%
Provisão Matemática a Constituir ^(*)	(46.834)	(47.868)	-2,16%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	2.822.183	2.614.275	7,95%

*1: A ser amortizada pelo pagamento da ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 159 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2015, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

3 - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO:

3.1) Com relação à situação atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, já considerando a atualização das hipóteses atuariais de Taxa Real de Juros, Crescimento Real de Salário e Rotatividade na avaliação atuarial do exercício de 2014, a mesma, antes da aplicação do disposto na Resolução CNPC nº 15/2014 e na Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014), apresentou um Déficit Técnico Contábil, em 31/12/2014, de R\$(122.436.857,78). No entanto, como a Fibra optou por aplicar as referidas normas do CNPC/PREVIC, já no exercício de 2014, a efetiva situação passa a ser atuarialmente superavitária em R\$ 2.152.793,06.

3.2) Em relação às hipóteses de rotatividade (aqui entendida, como saída do Plano sem direito a receber benefício) e de projeção de crescimento real de salário, conforme, também, já destacado e mencionado no item 1, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1999 a 2013, sendo que no ano de 2014, a base de dados foi posicionada em agosto. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram do Plano e efetuaram resgate ou portabilidade neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir tais hipóteses, obteve-se os seguintes resultados: crescimento real médio de salário: 2,31% ao ano em 2014 versus 2,25% ao ano em 2013 e rotatividade média anual: 0,13% em 2014 e em 2013.

3.3) Em relação à hipótese de Taxa Real de Juros, a mesma foi alterada de 5,50% ao ano para 5,68% ao ano, considerando os estudos elaborados pela MERCER (ALM) estimando a rentabilidade líquida (TIR) -, em 6,10% ao ano. Então, baseado na "duration" do passivo do plano de 14 anos conclui-se que a taxa de juros adotada na avaliação atuarial de seu Plano Previdenciário de Benefícios Definidos em 31/12/2014 fosse igual a 5,68% (taxa referência de 5,28% + 0,4%), ou seja, acima da atual meta atuarial de 5,5% ao ano, sendo esta a taxa máxima de juros permitida, calculada com base na Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

3.4) Conforme referido no item nº 1, a Fibra optou por aplicar a Resolução CNPC nº 15/2014 e a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014) já no exercício de 2014, fato que teve um impacto na Situação Atuarial (no Equilíbrio Técnico) do Plano de R\$ 124.589.650,84 e, neste contexto, o Déficit Técnico Contábil de R\$(122.436.857,78) registrou plena cobertura atuarial, conforme demonstrou a existência de um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 2.152.793,06 (igual a -R\$122.436.857,78 + R\$ 124.589.650,84).

3.5) Permaneceram sem qualquer alteração as seguintes hipóteses atuariais adotadas:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: Mantida em 2014, ou seja, mantido o "qx da AT-2000 (Desagravado em 20%)";
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Mantida em 2014, ou seja, mantido o " da AT-83 (Desagravado em 10%)";
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Mantida em 2014, ou seja, mantido o "ix = LIGHT-FRACA";
- iv) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2014 no

mesmo nível de 100%, adotado em 2013, já que, da mesma forma de 2013, 2012, 2011 e 2010, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;

v) Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: Mantido em 2014 no mesmo nível de 97,58%, adotado em 2013;

vi) Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), bem como a diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), alterando somente o agravamento aplicado de 22,26% para 22,04%. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento; e

3.6) A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2014 pela Fibra, nas aplicações financeiras deste Plano, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de 11,30% ou de 11,08% utilizando o sistema de cotas, o que representou, em relação a 6,56%, referente à inflação medida pelo IPCA/IBGE acumulada de janeiro a dezembro de 2014, aplicado com um mês de defasagem em obter um juro real de 4,45% ao ano (com base na TIR) ou de 4,24% ao ano com base no sistema de cotas.

NOTA: Sem a defasagem de um mês utilizada na aplicação do IPCA como indexador, ou seja, considerando a variação do IPCA do IBGE de janeiro a dezembro de 2014, de 6,41%, se obteve, ao longo de 2014, uma rentabilidade real de 4,39% ao ano (com base no sistema de cotas).

3.7) Finalmente, um ponto relevante envolvendo Riscos Atuariais decorre do fato de, em grande parte dos últimos anos, o Patrocinador está concedendo reajuste salarial real incorporado à sua Tabela Salarial e, como o reajuste dos Assistidos e o Cálculo da média salarial correspondente ao Salário Real de Benefício tomam por base os reajustes salariais registrados na Tabela Salarial do Patrocinador, tal fato vem acarretando um aumento real tanto no valor das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, quanto nas Provisões de Benefício a Conceder, o qual vinha sendo coberto pela obtenção de rentabilidade acima da Meta Atuarial de Rentabilidade (reajuste salarial de benefício acrescido dos juros reais utilizados como hipótese atuarial), situação que, pode não continuar ocorrendo, e, desta forma, caso a prática de reajuste acima da inflação permaneça, torna-se necessário encontrar uma fonte perene de custeio, como, por exemplo, o Patrocinador assumir a cobertura dos aumentos nas Provisões Matemáticas decorrente dos aumentos reais de salários incorporados a sua Tabela Salarial, pois desde a criação do Plano não previu a hipótese de aumento real do benefício, e tal inclusão, neste momento, representaria um expressivo impacto no Plano de Custeio, sem que se tenha uma efetiva garantia de que, no futuro, a Patrocinadora continuará a incorporar ganhos reais à sua Tabela Salarial.

4 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA:

4.1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais aqui descritas, os regimes atuariais de financiamento apresentados no item III da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/3317/2014) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

5 - VARIAÇÃO DO RESULTADO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS:

Neste contexto, a evolução do Resultado Acumulado (Contábil) de R\$(153.376) mil apurado em 31/12/2013 para o Resultado Acumulado (Contábil) apurado em 31/12/2014 de R\$(122.437) mil, bem como o efeito da aplicação do ajuste de precificação dos ativos feitos em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC 615/2014) para se chegar ao Equilíbrio Técnico Ajustado (correspondente à Efetiva Situação Atuarial) de R\$ 2.153 mil apurado ao final do exercício de 2014, estão, a seguir, apresentados:

(1) Resultado Técnico Acumulado, registrado em 31/12/2013 atualizado para 31/12/2014 pela meta atuarial de rentabilidade: ((153.376 mil) - 1,0656 - 1,055))	R\$ (172.427) mil ^(*)
(2) Redução da provisão decorrente do aumento da taxa real de juros de 5,50% ao ano para 5,68% ao ano (com base na Resolução CNPC nº 15/2014)	R\$ 77.527 mil
(3) Redução da provisão decorrente do aumento de 4,80% nas alíquotas de contribuição dos participantes não assistidos	R\$ 7.649 mil
(4) Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na Hipótese de Projeção de Crescimento Real Médio de Salário de 2,25% ao ano para 2,31% ao ano na Avaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ (8.539) mil
(5) Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração da função adotada para projetar a Rotatividade (Saída do Plano sem direito a Benefício) na Avaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ (362) mil
(6) Aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão do aumento dos Benefícios de Prestação Continuada em 2014 ter sido acima do Indexador Atuarial do Plano (aumento real de 1,4%)	R\$ (27.531) mil
(7) Aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder em razão do impacto, no Salário Real de Benefício, do aumento, acima do Indexador Atuarial do Plano (aumento real de 1,4%), dado em 2014 na Tabela Salarial do Patrocinador	R\$ (23.320) mil
(8)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7) Impacto dos Aumentos/Reduções apresentados nos numerais (2), (3), (4), (5), (6) e (7) nas Provisões Matemáticas	R\$ (141.616) mil
(9) Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade no ano de 2014	R\$ (27.587) mil ^(**)
(10) Valor transferido para o Patrimônio de Cobertura do Plano em agosto de 2014, atualizado pela rentabilidade efetivamente obtida desde então até o final de dezembro de 2014, em razão da reversão da Provisão relativa ao REFIS	R\$ 29.420 mil
(11) Valor transferido, ao final de 2014, do Fundo Administrativo para o Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ (27.587) mil ^(**)
(12) Outros Ganhos / (Perdas) Líquidos pulverizados e de origens diversas não registrados anteriormente	R\$ (5.974) mil ^(**)
(13)=(8)+(9)+(10)+(11)+(12) Resultado Técnico Acumulado, registrado em 31/12/2014, antes da aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014)	R\$ (122.437) mil ^(**)
(14) Reflexo do ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014)	R\$ 124.590 mil
(15)=(13)+(14) Resultado Técnico Acumulado registrado em 31/12/2014, após a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo o disposto na Portaria PREVIC 615/2014)	R\$ 2.153 mil ^{(**)(***)}

(*) Se Positivo, o Resultado é Superavitário e, Se Negativo, o Resultado é Deficitário.

(**) Igual a R\$ 2.647.006 mil (Ativo Líquido Real - Reversão relativa à Provisão da REFIS acrescida da rentabilidade obtida de agosto a dezembro de 2014 - Valor da Reversão do Fundo Administrativo feita ao final de 2014 = 2.699.746 mil - 29.420 mil - 23.320 mil) - R\$ 2.674.593 mil (Ativo Líquido Ideal considerando sua evolução em 2014 pela meta atuarial de rentabilidade, sem os efeitos da Reversão da Provisão do REFIS e da Reversão do Fundo Administrativo de Cobertura do Plano: 2.727.333 mil - 29.420 mil - 23.320 mil).

(***) Esse Resultado Técnico Ajustado, corresponde ao Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano e representa a Situação Atuarial do Plano em 31/12/2014.

(**4) Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano. Correspondente a apenas 0,21% do total das Provisões Matemáticas avaliadas, em 31/12/2014, em R\$ 2.822.183 mil.

OBSERVAÇÃO: O Passivo Atuarial deste Plano de Benefícios Definidos é avaliado considerando a evolução do Salário Real de Benefício de um ano para o ano seguinte, ou seja,

a média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição no que se refere às parcelas fixas da remuneração e a média dos últimos 120 meses das parcelas variáveis da remuneração, o que apresenta variações, ora para maior, ora para menor, em relação à evolução do Salário Real de Contribuição de um exercício para o exercício subsequente.

6 - NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO:

O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, em 31/12/2014, de R\$(122.437) mil é de natureza transitória, já que, levando em consideração que, aplicando o ajuste na Precificação dos Ativos em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 615/2014) a Situação Atuarial desse Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2014, em realidade, é superavitária em R\$ 2.153 mil. Tal Situação Atuarial Superavitária de R\$ 2.153 mil, apurada em 31/12/2014, indica não existir, ao final de 2014, qualquer parcela do Déficit Técnico Acumulado de R\$(122.437) mil pendente de equacionamento.

7 - ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que é o do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015

José Roberto Montello

Atuário MIBA 426

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaipu- BR de Previdência e Assistência Social - Fibra e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2014, das respectivas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, da Mutação do Patrimônio Social consolidada, do Ativo Líquido por plano de benefícios, do Plano de Gestão Administrativa consolidada e da Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, encerradas em 31 de dezembro de 2014, e das contas e atos da Diretoria Executiva relativos ao exercício de 2014, embasados, ainda, nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes KPMG são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2015.

MÁRCIA ABREU DE AGUIAR BUERGER
Presidente

ADRIANA MOREIRA
Conselheira

VIVIANE APARECIDA DA SILVA
Conselheira

JOSÉ ANTÔNIO SANTOS
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social consolidada, Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa KPMG Auditores Independentes, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2014.

Curitiba, 09 de março de 2015.

JOÃO EMILIO CORRÊA DA SILVA DE MENDONÇA
Presidente

JOSÉ CARLOS SIQUEIRA PEÇANHA
Conselheiro

HERALDO SOARES
Conselheiro

ARIEL DA SILVEIRA
Conselheiro

ROSIMERI FAUTH RAMADAS MARTINS
Conselheira

LAERTI ALVES QUADRADO
Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2015

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 de dezembro de 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da Fibra e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2015 a 12/2015	IPCA	5,68%

Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	70,00%	85,00%	77,50%
Renda Variável	7,00%	13,00%	11,00%
Imóveis	2,50%	4,00%	3,00%
Empréstimos e Financiamentos	2,00%	3,00%	2,50%
Investimentos Estruturados	3,50%	8,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	2,00%	1,00%

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras de Renda Variável e Private Equity serão considerados conjuntamente sendo o seu ponto ótimo em 16,00% conforme quadro abaixo:

Segmento	Classe	Min	Ponto Ótimo	Max
Renda Variável	Ibovespa	10,50%	16,00%	21,00%
	Valor			
Estruturados	Dividendos	10,50%	16,00%	21,00%
	Small Caps			
	Private Equity			

No caso de Private Equity o valor máximo a ser aplicado não ultrapassará o limite previsto de 8%, mas o limite máximo em Renda Variável poderá ultrapassar 13%, desde que somado ao Private Equity, seja inferior a 21%.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

As projeções utilizadas para 2015, no estudo de ALM, foram:

Selic: 4,23% a.a.	IGP-M: 5,82% a.a.	Ibovespa: 4,29% a.a.
Crédito + Prêmio: IMA-B 5 + 0,90% a.a.	IPCA: 6,83% a.a.	

As taxas representam a rentabilidade real, descontada a inflação projetada para os anos futuros.

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (BENCHMARK)

Segmentos	Metas
Renda Fixa	Curva estoque: IPCA+6,40% Curva novas entradas: IPCA+5,28% Ativa: IMA Composto
Renda Variável	Ibovespa+1%
Estruturados	Ibovespa+3,5%
Exterior	MSCI World em Reais
Imóveis	IGPM+4%
Empréstimos	IPCA+8,75%

Carteira Consolidada de Investimentos:

Meta de Longo Prazo (14 anos): superar IPCA + 5,68%.

CONTROLE DE RISCO

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão inclusos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR, Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
- Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Liquidez – ALM (Asset Liability Management), Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
- Risco Operacional – Consultoria PFM / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistemico – Análise de stress.

A Fibra buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM contratados junto a especialistas

de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimentos.

CONTRATAÇÃO DE GESTORES DE RECURSOS

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

I - Pré-qualificação: (i) estabelecimento de valor mínimo de patrimônio dos Fundos do segmento de investimentos a ser avaliado, e definição do histórico mínimo dos respectivos Fundos Abertos, administrados pelas instituições que serão analisadas, dependendo para qual segmento será feita a seleção; e (ii) definições de quais gestores poderão participar da seleção, utilizando-se os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

II - análise de indicadores de desempenho: definição dos indicadores de "performance" para análise de desempenho dos fundos pré-qualificados, privilegiando os índices de retorno ajustado por risco.

III - análise da carteira dos fundos qualificados no item II: (i) estudo da concentração da carteira do fundo: setor, segmento, ativo, emissor; (ii) identificação do grau de alavancagem dos fundos; (iii) análise da concentração de recursos em um único emissor na carteira.

IV - solicitação de proposta técnica e comercial dos gestores classificados nas fases anteriores, com o objetivo de avaliar a capacidade do atendimento aos objetivos de gestão, pretendidos pela Fibra, e as taxas e custos propostos.

A Política de Investimentos da Fibra, na íntegra, está disponível no site www.fundacaotaipu.com.br ou, se desejar, solicite cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefício Definido - BD

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006, Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº 21 de 07/04/2008 e Instrução MPS/Previc/DC nº 13 de 12/11/2014 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

Manifestação do Conselho Fiscal, em atendimento ao Art. 19 da resolução CGPC Nº 13 de 01/10/2004

O Conselho Fiscal em sua reunião ordinária realizada em 24 de fevereiro de 2015, usando das atribuições que lhe confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2014, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2014, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

1. Alocação dos Recursos da Carteira de Investimentos

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC nº 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2014		Posição em 2013		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	% Alvo
Total das Aplicações	2.582.375.224	100,00	2.419.714.380	100,00	-	-	-
Renda Fixa	1.908.219.452	73,89	1.756.691.079	72,60	63	78	69,5
Renda Variável	390.808.865	15,13	442.803.118	18,30	16	22	19,5
Imóveis	86.683.710	3,36	67.429.621	2,79	2,5	3,5	3
Empréstimos	67.439.979	2,61	58.674.857	2,42	2	3	2,5
Estruturados	103.309.449	4,00	94.066.887	3,89	3	8	6
Exterior	25.898.763	1,00	0	0,00	0	1,5	0,5
Disponível em caixa	15.007	0,00	48.817	0,00	-	-	-

2. Taxa Mínima Atuarial e Rentabilidades

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC nº 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark 2013	2014		Benchmark 2014	2013	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	IMA Balanceado 60% IBOV+40%	13,05 ⁽¹⁾	15,41	IMA Balanceado 60% IBOV+40%	7,06	-9,86
Renda Variável	IBRX-100	-3,17	-2,86	IBRX-100	-6,38	-10,71
Imóveis	IPCA+5,50%a.a.	37,13	12,26	IPCA+5,50%a.a.	56,48	11,73
Operações c/ Participantes	IPCA+5,50%a.a.	15,59	12,26	IPCA+5,50%a.a.	14,91	11,73
Estruturados	Não se aplica	8,05	Não se aplica	Não se aplica	5,50	Não se aplica
Exterior	-	19,39	12,26	IPCA+5,50%a.a.	-	-
Rentabilidade Total	IPCA+5,50%a.a.	11,08⁽²⁾	12,26	IPCA+5,50%a.a.	5,58	11,73

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 15,64%

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 12,76%

3. Divergência não Planejada

(Em relação ao IPCA+5,5% a.a.)

(IN SPC nº 2 DE 18/05/2010)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa		Segmento de Renda Variável		Segmento de Empréstimos		Segmento de Imóveis		Estruturados		Total do Plano		TMA	
		12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses		
2014	Janeiro	(4,61)	3,56	(25,07)	(53,42)	3,52	12,10	44,54	202,70	(6,31)	(15,67)	(7,55)	(7,18)	11,39	40,74
	Fevereiro	(3,30)	4,25	(23,89)	(54,91)	3,40	12,49	44,05	201,38	(6,60)	(15,64)	(6,37)	(7,14)	11,49	40,53
	Março	(3,28)	3,74	(18,54)	(51,83)	2,57	11,89	43,15	200,00	(7,38)	(16,17)	(5,41)	(6,83)	11,99	40,65
	Abril	(3,04)	4,33	(16,61)	(47,07)	2,53	12,19	42,71	31,98	(8,98)	(15,94)	(4,93)	(6,70)	12,12	40,46
	Maio	(1,44)	4,41	(15,11)	(44,98)	2,69	12,50	42,27	31,99	(9,90)	(15,77)	(3,48)	(6,00)	12,26	40,39
	Junho	(0,77)	4,19	(2,04)	(39,46)	2,75	12,30	41,86	31,69	(5,79)	(10,96)	(0,31)	(4,55)	12,38	40,68
	Julho	(0,78)	4,43	(0,58)	(31,08)	3,05	12,61	41,48	31,83	(5,88)	(11,18)	(0,04)	(2,28)	12,36	40,42
	Agosto	0,30	3,82	5,87	(17,09)	3,02	12,89	41,18	31,92	(3,74)	(7,18)	1,99	0,36	12,37	40,19
	Setembro	(0,41)	3,06	(10,68)	(23,07)	2,92	13,09	40,66	31,76	(4,08)	(7,98)	(1,40)	(1,10)	12,62	40,20
	Outubro	3,31	0,39	(13,77)	(31,39)	3,12	12,79	40,51	31,65	(4,71)	(8,33)	(1,61)	(2,74)	12,45	40,13
	Novembro	0,90	3,24	(10,88)	(27,78)	3,40	12,92	40,21	31,54	(4,95)	(6,39)	(0,35)	(1,87)	12,42	40,06
	Dezembro	0,79	2,50	(15,43)	(36,36)	3,33	12,68	24,87	85,84	(4,21)	(6,69)	(1,18)	(3,05)	12,26	40,40

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 5,5% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. Detalhamento dos Investimentos

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC nº 14 de 18/01/2007)

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS DISPONÍVEL/IMEDIATO		2.582.375.224,49	100,00%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		1.908.219.451,93	73,89%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	1.812.279.262,48	70,18%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		1.799.766.536,00	69,69%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		1.799.766.536,00	69,69%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		1.689.592.376,94	65,43%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		110.174.159,06	4,27%
NTN - F - Notas do Tesouro Nacional - Série F		-	0,00%
2 - TÍTULOS PRIVADOS		12.512.726,48	0,48%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		12.512.726,48	0,48%
1 - Debêntures		12.458.241,82	0,48%
Cemig GT		12.458.241,82	0,48%

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
2 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		54.484,66	0,00%
BTG Pactual		54.484,66	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		99.256.800,99	3,84%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		96.249.886,37	3,73%
BRZ Crédito Privado FIM	TERCEIRIZADA	7.463.079,39	0,29%
BTG Pactual Yield DI Referenciado	TERCEIRIZADA	63.829.525,23	2,47%
FI Votorantim Ins RF	TERCEIRIZADA	24.957.281,75	0,97%
2 - QUOTAS DE FIDC		3.006.914,62	0,12%
FIDC CEDAE	TERCEIRIZADA	3.006.914,62	0,12%
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(3.316.611,54)	-0,13%
Honorários Advocatícios		(3.316.611,54)	-0,13%
B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		390.808.864,78	15,13%
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		389.706.940,80	15,09%
Bradesco FIA Dividendos	TERCEIRIZADA	28.898.093,87	1,12%
ETF Ishares BRAX11	TERCEIRIZADA	10.581.911,10	0,41%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	65.362.829,67	2,53%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	78.528.012,00	3,04%
Itaú Dividendos FIA	TERCEIRIZADA	7.791.567,53	0,30%
Gap Ações Institucional FIA	TERCEIRIZADA	10.584.553,78	0,41%
Guepardo Ações FIA	TERCEIRIZADA	15.964.327,81	0,62%
JGP Institucional FIA	TERCEIRIZADA	32.825.354,10	1,27%
Perfin Institucional FIC FIA	TERCEIRIZADA	10.072.632,86	0,39%
BTG Pactual Dividendos FIA	TERCEIRIZADA	21.844.008,90	0,85%
Sulamérica Expertise FIA	TERCEIRIZADA	20.312.046,84	0,79%
Vinci Gas Valor Sml FIC FIA	TERCEIRIZADA	18.726.243,47	0,73%
Vinci Gas Dividend FIA	TERCEIRIZADA	17.425.909,75	0,67%
BTG Pactual Absoluto Inst FIC FIA	TERCEIRIZADA	23.202.311,15	0,90%
M Square Inst FIC FIA	TERCEIRIZADA	11.266.157,18	0,44%
Quest Small Inst FIC FIA	TERCEIRIZADA	16.320.980,79	0,63%
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		26.862,53	0,00%
BRAM FIB FIA	TERCEIRIZADA	26.862,53	0,00%
B3 - ALUGUEL DE ETF's		1.075.061,45	0,04%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	1.071.181,53	0,04%
Valores a receber	TERCEIRIZADA	3.879,92	0,00%
C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS		103.309.448,97	4,00%
C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS		103.309.448,97	4,00%
Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	14.013.946,58	0,54%
Neo Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	6.967.370,76	0,27%
Empreendedor Brasil	TERCEIRIZADA	4.143.706,85	0,16%
FIP Terra Viva	TERCEIRIZADA	4.588.095,74	0,18%
Brascan Petróleo e Gds	TERCEIRIZADA	1.781.789,80	0,07%
Logística Brasil FIP	TERCEIRIZADA	17.961.379,28	0,70%
Patria Real Estate II Private	TERCEIRIZADA	7.670.652,38	0,30%
Patria Special Opportunities I	TERCEIRIZADA	9.489.951,42	0,37%
Rio Bravo Energia I	TERCEIRIZADA	29.493.985,01	1,14%
P2 BR INF III FICFIP	TERCEIRIZADA	1.147.470,08	0,04%
DLM Brasil TI FIP	TERCEIRIZADA	6.051.101,07	0,23%
D - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		25.898.762,98	1,00%
D1 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		25.898.762,98	1,00%
BB Multi BlackRock IE FI	TERCEIRIZADA	12.971.764,79	0,50%
BB Multi JPM IE FI	TERCEIRIZADA	12.926.998,19	0,50%
E - SEGMENTO DE IMÓVEIS		86.683.709,57	3,36%
E1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO		5.320.127,44	0,21%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR Térreo, 5º e 9º andar	PRÓPRIA	5.320.127,44	0,21%
E2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA		42.223.460,06	1,64%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR	PRÓPRIA	42.223.460,06	1,64%

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
	PRÓPRIA	39.140.122,07	1,52%
E3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA			
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.586.910,43	0,18%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.123.963,56	0,20%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.123.963,56	0,20%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.123.963,56	0,20%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		1.031.185,42	0,04%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.466.348,98	0,21%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.899.556,26	0,23%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		6.475.522,93	0,25%
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR		-	0,00%
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		308.707,37	0,01%
Aluguéis a Receber		-	0,00%
F - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	PRÓPRIA	67.439.979,38	2,61%
Empréstimos Simples		67.439.979,38	2,61%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(*) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da doação em pagamento, no valor de R\$ 81.046.842,10.

5. Demonstrativo por Tipo de Gestão: Terceirizada ou Própria - Data: 31/12/2014

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	%	OPERAÇÃO C/PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	1.808.977.657,82	94,80%							67.439.979,38	100,00	86.683.709,57	100,00	1.963.101.346,77	76,02%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	99.256.800,99	5,20%	390.808.864,78	100,00%	103.309.448,97	100,00%	25.898.762,98	100,00%					619.273.877,72	23,98%
BANCO BRADESCO S/A	-	-	28.924.956,40	7,40%	-	-	-	-	-	-	-	-	28.924.956,40	1,12%
BANCO BRASCAN S/A	-	-	-	-	1.781.789,80	1,72%	-	-	-	-	-	-	1.781.789,80	0,07%
SULAMÉRICA	-	-	20.312.046,84	5,20%	-	-	-	-	-	-	-	-	20.312.046,84	0,79%
BLACK ROCK	-	-	89.109.923,10	22,80%	-	-	-	-	-	-	-	-	89.109.923,10	3,45%
BANCO ITAÚ S/A	-	-	74.229.458,65	18,99%	-	-	-	-	-	-	-	-	74.229.458,65	2,87%
BB DTVM	-	-	-	-	-	-	25.898.762,98	100,00%	-	-	-	-	25.898.762,98	1,00%
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	7.463.079,39	0,39%	-	-	22.105.086,13	21,40%	-	-	-	-	-	-	29.568.165,52	1,14%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	-	-	-	-	4.588.095,74	4,44%	-	-	-	-	-	-	4.588.095,74	0,18%
DLM INVISTA ASSET MANAGEMENT S/A	-	-	-	-	6.051.101,07	5,86%	-	-	-	-	-	-	6.051.101,07	0,23%
PATRIA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	17.160.073,88	16,61%	-	-	-	-	-	-	17.160.603,80	0,66%
P2 GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-	-	-	1.147.470,08	1,11%	-	-	-	-	-	-	1.147.470,08	0,04%
RIO BRAVO	-	-	-	-	29.493.985,01	28,55%	-	-	-	-	-	-	29.493.985,01	1,14%
NEO INVESTIMENTOS	-	-	-	-	20.981.317,34	20,31%	-	-	-	-	-	-	20.981.317,34	0,81%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	66.836.439,85	3,50%	45.046.320,05	11,53%	-	-	-	-	-	-	-	-	111.882.759,90	4,33%
GAP ASSET MANAGEMENT	-	-	10.584.553,78	2,71%	-	-	-	-	-	-	-	-	10.584.553,78	0,41%
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	-	-	15.964.327,81	4,08%	-	-	-	-	-	-	-	-	15.964.327,81	0,62%
JGP GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-	32.825.354,10	8,40%	-	-	-	-	-	-	-	-	32.825.354,10	1,27%
M SQUARE INVESTIMENTOS LTDA	-	-	11.266.157,18	2,88%	-	-	-	-	-	-	-	-	11.266.157,18	0,44%
QUEST INVESTIMENTOS LTDA	-	-	16.320.980,79	4,18%	-	-	-	-	-	-	-	-	16.320.980,79	0,63%
FIDUS INVEST	-	-	10.072.632,86	2,58%	-	-	-	-	-	-	-	-	10.072.632,86	0,39%
VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA	-	-	36.152.153,22	9,25%	-	-	-	-	-	-	-	-	36.152.153,22	1,40%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	24.957.281,75	1,31%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.957.281,75	0,97%
TOTAL GERAL	1.908.234.458,81	73,89%	390.808.864,78	15,13%	103.309.448,97	4,00%	25.898.762,98	1,00%	67.439.979,38	2,61%	86.683.709,57	3,36%	2.582.375.224,49	100,00%
(% s/ o total dos investimentos)														

6. Risco de Mercado Mensal (21 dias úteis) - Intervalo de Confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2014		2013		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	70.039,325	3,80	66.698,714	3,85	10,00 ⁽¹⁾
Segmento de Renda Variável	28.764,911	6,73	29.404,197	5,77	30,00 ⁽¹⁾
Segmento de Estruturados	1.304,030	1,32	1.068,519	1,18	10,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

7. Risco de Crédito⁽⁹⁾

Segmento de Renda Fixa	2014	2013	% Limite Resolução 3.792
Baixa Risco de Crédito Tesouro	93,00%	84,83%	100%
Baixa Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	7,00%	15,17%	80%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. Emissões de Títulos Privados Carteira Própria

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	54.484,66	0,00
Banco Bradesco S/A	54.484,66	0,00
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	12.458.241,82	0,48
Debêntures Cemig GT	12.458.241,82	0,48
Total	12.512.726,48	0,48

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Alocação dos Recursos da Carteira de Investimentos

Composição dos Investimentos	Posição em 2014		Posição em 2013		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792 % Alvo
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	
Total das Aplicações	29.219.213,93	100,00	24.560.462,84	100	-	-	-
Renda Fixa	29.218.997,32	100,00	24.560.462,84	100	0	100	100
Disponível em caixa	216,61	0,001	0,00	0,00	0	0	0

2. Taxa Mínima Atuarial e Rentabilidades

Segmento	2014			2013		
	Benchmark 2014	% Rentabilidade	% Benchmark	Benchmark 2013	% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	100% CDI	13,11	10,81	100% CDI	8,64	8,05

3. Detalhamento Dos Investimentos

Discriminação	Gestão	Valor (R\$)	% Aplic.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	(6)	29.219.213,93	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	216,61	0,00%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		29.218.997,32	100,00%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	-	0,00%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		-	0,00%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		-	0,00%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		-	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		29.218.997,32	100,00%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		29.218.997,32	100,00%
BTG Pactual Yield DI Referenciado	TERCEIRIZADA	18.455.330,75	63,16%
FI Votorantim INS RF	TERCEIRIZADA	10.763.666,57	36,84%

4. Demonstrativo por Tipo de Gestão: Terceirizada ou Própria

Data: 31/12/2014 - (Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC nº14 de 18/01/2007)

Tipo de Gestão / Gestores	Renda Fixa	%	Total	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	216,61	0,00%	216,61	0,00%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	29.218.997,32	100,00%	29.218.997,32	100,00%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	18.455.330,75	63,16%	18.455.330,75	63,16%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT	10.763.666,57	36,84%	10.763.666,57	36,84%
(5)				
* TOTAL GERAL	29.219.213,93	100,00%	29.219.213,93	100,00%
(% s/ o total dos investimentos) *				

5. Risco de Mercado Mensal (21 Dias Úteis) - Intervalo de Confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2014		2013		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	49.664	0,18	104.482	0,44	10,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

6. Risco de Crédito (9)

Segmento de Renda Fixa	2014	2013	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	23,81%	41,65%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (Inclui Títulos Privados)	61,34%	58,35%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	14,85%	-	20,00%

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

7. Emissões de Títulos Privados Carteira Própria

Empresa	Aplicação Atual	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	-	-
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	-	-
Total	-	-

(9) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. Informações Sobre Despesas

Descrição	2014	2013
	Total	Total
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA	11.927.907,90	11.442.383,05
Pessoal e Encargos - Pessoal Próprio	7.936.032,26	7.298.175,81
Pessoal e Encargos - Pirngentes	570.544,37	505.695,51
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	111.710,97	110.362,84
Consultoria atuarial e previdenciária	159.862,48	175.632,11
Auditoria Externa	40.041,94	38.231,23
Consultoria de Investimentos	208.954,06	273.086,76
Consultoria Informática	263.683,11	336.200,76
Despesas advocaciais	267.795,01	355.459,68
Comunicação Social	148.196,76	181.135,67
Ativo Permanente de Pequena Monta	561,97	3.725,33
Consultoria de RH	51.579,21	11.798,20
Manutenção de equipamentos e software	18.899,02	18.039,83
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade e Riscos	31.989,28	44.139,79
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de documentos.	19.564,44	16.996,46
Mensageiros, avaliação de imóveis e outras	65.518,97	109.551,63
Material de expediente	48.011,80	36.542,78
Seguros	37.458,93	30.881,03
Alugueis	246.090,99	218.782,04
Água, Luz e Telefone	35.789,01	42.120,09
Associações de Classe	77.923,56	69.477,12
Despesas de viagens	260.741,22	388.530,18
Despesas postais e telegráficas	46.745,54	51.899,23
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	58.031,11	49.408,77
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS, TAFIC)	1.028.231,24	904.014,22
Jornais, livros e revistas	8.725,14	7.562,56
Depreciações e Amortizações	185.225,51	164.933,42

Custos de Gestão de Investimentos

Descrição	2014	2013
	Total	Total
1) - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	922.002,80	698.842,48
Honorários Advocaciais - recuperação de investimentos	355.334,89	292.848,08
IPTU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	168.204,65	1.750,00
Custódia/Controladoria	319.673,21	341.327,58
SELIC, CETIP e outras	78.790,05	62.916,82
2) - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS	(887.348,03)	1.111.166,87
Auditoria Externa	(38.355,50)	40.866,00
Custódia/Controladoria	(34.703,80)	47.453,98
Corretagens	(242.089,86)	248.810,93
SELIC, CETIP, CBL e outras	(29.617,22)	36.910,60
Taxa de Performance Fee	(309.987,52)	430.398,60
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	(203.794,13)	283.686,76
Taxa de Fiscalização da CVM	(28.800,00)	23.040,00
TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	34.654,77	1.810.009,35
TOTAL DAS DESPESAS	11.962.562,67	13.252.392,40

9. Informações Gerais

Custodiante: Banco Bradesco S.A
Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A
Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A
Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu
Responsável pela auditoria de gestão: KPMG Auditores Independentes

10. Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado:

Silvio Renato Rangel Silveira
 Diretor Superintendente da
 Fibra

Tel: 41-3321.4365
 e-mail: rangel@fundacaaitaipu.gov.br